

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL UFSC-UFAC

MOVIMENTO SOCIAL MAP

Como Emergente Paradigma Transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental

Mirian Késia Labs de Lima

Florianópolis
2008

MIRIAN KÉSIA LABS DE LIMA

MOVIMENTO SOCIAL MAP

Como Emergente Paradigma Transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Relações Internacionais.

Orientador: Professor Doutor Ubaldo César Balthazar.

Florianópolis

2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PROGRAMA DE MESTRADO INTERINSTITUCIONAL UFSC-UFAC

MOVIMENTO SOCIAL MAP

Como Emergente Paradigma Transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental

Mirian Késia Labs de Lima

Prof^o Dr^o Ubaldo César Balthazar.
Orientador

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer
Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito

Florianópolis, Junho de 2008.

MIRIAN KÉSIA LABS DE LIMA

MOVIMENTO SOCIAL MAP

Como Emergente Paradigma Transfronteiriço na Amazônia Sul Ocidental

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para a obtenção do título de Mestre em Direito. Área de Concentração: Relações Internacionais.

Aprovada em ____ de _____ de _____.

Prof. Dr^o Ubaldo César Balthazar
Presidente

Prof. Dr^a Odete Maria de Oliveira

Prof. Dr. Valcir Gassen

Ao meu irmão *Sérgio Labs de Lima*, que um dia voltará a experimentar o sabor da liberdade fazendo uso consciente da sua vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que pela sua misericórdia infinita, ouviu e atendeu todas as minhas orações.

Aos meus pais, Sérgio e Sueli, pelo amor e apoio incondicional para a realização desse sonho.

A minha irmã Suelen Cristina, que na minha ausência se tornou mãe da Maria Eduarda.

A minha filha Maria Eduarda, que um dia saberá compreender meus momentos de ausência.

Ao meu irmão Misael Labs de Lima e sua esposa Maiara Rúbia, meu muito obrigado.

Aos meus sobrinhos Gabriela Luiza e Matheus, a minha gratidão pelos sorrisos e abraços nos momentos de fraquezas.

A minha avó materna Iracema Nair Fiorim Labs, que antes de sua partida, me ensinou a ser persistente e sempre olhar para Jesus.

Ao Pastor Edson Arantes da Igreja Metodista Wesleyana de Paranaíba, pelas inúmeras horas de oração dedicadas a mim e a minha filha, minha profunda admiração.

Ao Professor Doutor Ubaldo César Balthazar, pela dedicação e paciência.

Aos professores do Programa de Mestrado Interinstitucional da UFSC e da UFAC.

Aos companheiros de Mestrado, em especial as amigas Lindinalva, Célia e Simone, pelo apoio e motivação nas horas difíceis.

Aos funcionários do Programa de Mestrado Interinstitucional da UFSC e da UFAC.

A UNINORTE, na pessoa de seus Diretores, professores Marco Brandão e Afra Maria, pelo apoio moral e material fornecidos pela Instituição no intuito de contribuir para a qualificação profissional de seus docentes.

Aos amigos do Ministério Público do Estado do Acre, Dr. Carlos Roberto da Silva Maia, Dr. Marco Aurélio Ribeiro, Dr. Gláucio Ney Oshiro e Paulo César (PC), pelo carinho e inúmeras provas de amizade.

EU, sou o SENHOR,
e fora de mim não há SALVADOR.
Isaías - 43:11 (*Bíblia Sagrada*)

RESUMO

A história da humanidade revela uma participação marcante de atuação dos movimentos sociais na luta pela conquista e defesa de direitos. Ficando mais evidente estas ações a partir da afirmação do capitalismo, da Segunda Guerra Mundial e, atualmente a formação de uma sociedade globalizada. Com esta direção, o presente trabalho analisa a Iniciativa MAP – Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), e sua emergência como paradigma transfronteiriço de atuação nas relações transnacionais envolvendo os indivíduos, entidades e unidades estatais dos três países formadores da região MAP. A globalização e os avanços tecnológicos são fatores que impulsionaram a criação de novos movimentos sociais, novos paradigmas das relações internacionais e têm influenciado no enfraquecimento e fragilidade do Estado-nação. Esse enfraquecimento não está apenas ligado a soberania e atuação absoluta do Estado, mas como também, no enfraquecimento das economias. Fato que possibilita a busca por um desenvolvimento desenfreado e sem qualquer preocupação com o meio ambiente, com os indivíduos locais e sustentabilidade da vida. Na região MAP a preocupação latente versa exatamente no binômio *desenvolvimento e sustentabilidade*, baseado nos princípios éticos de *participação e informação*, buscando efetivar *cooperação e integração* local. O MAP consolidado como movimento social transfronteiriço está se pronunciando como emergente paradigma transfronteiriço complementar do paradigma transnacionalista, porque impulsionado pela formação de uma teia de distribuição e recepção de informações, reconhece as relações transnacionais como instrumento de expressão de justiça e dignidade.

Palavras-chave: Movimento Social. Iniciativa MAP. Paradigmas das Relações Internacionais.

ABSTRACT

The history of humanity reveals a remarkable participation of social movements into the fight for the conquer and defense of rights. Those actions were made clearer from the affirmation of capitalism, the Second World War and more lately from the formation of a global society. Under this direction, this work analyses the MAP enterprise – formed by the regions of Madre de Dios (Peru), Acre (Brazil), and Pando (Bolivia) – and its rising as a transfrontier paradigm of action in the transnational relationships which involves those individuals, entities and State Unities from the three countries that make up the MAP region. The globalization and the technological advances are factors that stimulate the creation of new social movements, new international relationship paradigms and have been influencing the weakness and fragility of the Nation-State. This weakness is not only linked to the sovereignty and absolute performance of State, but also to the weakness of the economies. This fact enables the search for a kind of unrestrained development that has no concern with the environment, the local individuals and the sustainability of life. In the MAP region, the latent concern runs exactly upon the binomial *development* and *sustainability*, based on the ethical principles of *participation* and *information*, attempting to accomplish *cooperation* and *local integration*. Once consolidated as transfrontier social movement, MAP is pronouncing as an emerging transfrontier paradigm complementary to the transnationalistic paradigm, once impelled by the formation of a information distribution and receiving web, it recognizes the transnational relations with the instrument of justice and dignity expression.

KEYWORDS: Social Movement. MAP enterprise. International Relationship Paradigms.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – MOVIMENTOS SOCIAIS	4
1.1 Historicidade.....	4
1.2 Definição conceitual de movimento social.....	8
1.3 Questões paradigmáticas.....	11
1.3.1 Paradigma Norte-Americano: teoria clássica e contemporânea.....	12
1.3.2 Paradigmas Europeus.....	20
1.3.3 O Paradigma Latino Americano.....	28
1.3.4 Redes de movimentos sociais como novo padrão organizacional.....	32
CAPÍTULO II – INICIATIVA MAP: ATOR SOCIAL TRANSFRONTEIRIÇO NO CORAÇÃO SUL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL	37
2.1 Localização geográfica da região MAP.....	37
2.2 Iniciativa MAP: origem e organização.....	39
2.3 Aspectos organizacionais dos Fóruns anuais do MAP.....	43
2.4 Das Mesas Temáticas e o trabalho dos MiniMAPS.....	45
2.5 A Contribuição de forças trinacionais.....	47
2.6 Princípios assumidos pela Iniciativa MAP.....	49
CAPÍTULO III – INICIATIVA MAP COMO PARADIGMA TRANSFRONTEIRIÇO	51
3.1 A problemática conceitual de paradigma.....	51
3.2 Importância e evolução histórica dos paradigmas nas Relações Internacionais.....	55
3.2.1 Paradigma Tradicionalista.....	58
3.2.2 Paradigma Pluralista.....	61
3.3 O MAP como movimento social transfronteiriço inserido na sociedade global.....	66
3.3.1 O MAP como movimento social transfronteiriço.....	66
3.3.2 O MAP como paradigma transfronteiriço.....	70
3.3.3 Perspectivas e dificuldades do MAP como paradigma transfronteiriço.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81

INTRODUÇÃO

A história da humanidade está marcada por constantes mudanças que se devem a inúmeros fatores. Entre esses fatores os movimentos sociais se destacam como instrumentos de transformação dotados de uma dinâmica que nem sempre a teorização tem acompanhado essa complexidade. Inicialmente verificam-se movimentos exclusivos de cunho reivindicativo, de cunho exclusivo de proposta de melhorias de trabalho das massas operárias.

Somente após a Segunda Guerra Mundial, evento que funciona como verdadeiro divisor de águas na História do mundo, os movimentos sociais tomam novas feições e assumem compromissos com a modificação de situações diversa do movimento operário. Em síntese, os Novos Movimentos Sociais são muito mais preocupados a dimensões da identidade humana com questões que supervalorizem o indivíduo, a cultura, a qualidade de vida.

A América Latina é cenário de grandes mudanças sociais e é nesse continente que através de investigação acadêmica surge uma iniciativa que toma corpo e atrai outros atores sociais, comprometidos como um processo de desenvolvimento e sustentabilidade.

A Amazônia Sul Ocidental tem sido foco das atenções internacionais por diversos motivos, tais como, presença de recursos naturais e franco desenvolvimento impulsionado pelos efeitos da globalização. Assim, a região de Madre de Dios (Peru), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia) engendra uma iniciativa – *MAP* – que é o objeto de investigação desse trabalho e exemplo de movimento social que visa o desenvolvimento da região com respeito ao meio ambiente e à população local.

Ligado as questões de transformações da sociedade e, principalmente, uma sociedade globalizada, de mercados e economias estreitadas pelo avanço tecnológico e de relações transnacionais, importante a realização de investigação a

cerca dos paradigmas norteadores das relações internacionais como instrumentos capazes de explicar os fenômenos da nova ordem internacional.

O desejo acadêmico para a realização desta pesquisa encontrou sustentáculo não só na atualidade do tema, mas por se apresentar como questão de importância relacionada ao desenvolvimento, preservação, cooperação e integração da Amazônia Sul Ocidental, formada pelos Estados/Departamentos do Brasil, Bolívia e Peru. Esta região é marcada por uma história de dependência, esquecimento e notável crescimento econômico desigual, mas com características ambientais similares e com propostas de superação econômica e preservação do meio ambiente completamente idêntica.

Nesta concepção, o presente trabalho tem como objetivo analisar o movimento social denominado MAP, localizado na região de fronteira na Amazônia Sul Ocidental que pretende se firmar como movimento social e paradigma transfronteiriço de transformação e integração regional, sempre destacando o desenvolvimento sustentável.

O objeto de conhecimento se fundamenta nas seguintes questões: 1) Os movimentos sociais são agentes de transformação? 2) A Iniciativa MAP se configura num movimento social transfronteiriço? 3) Quais são as suas características, forma de organização, atuação e objetivos? 4) Sendo movimento social transfronteiriço este atua como paradigma das relações internacionais?

Assim, o primeiro capítulo abordará os movimentos sociais, apresentando sua evolução histórica, definição conceitual, suas características e diferenças de outras ações coletivas e apresentação dos principais paradigmas. A investigação será procedida sob o referencial teórico de Maria da Glória Ghon. E por fim, a apresentação das novas redes organizacionais.

O segundo capítulo investigará a Iniciativa MAP começando pela posição geográfica da região MAP, origem, organização, funcionamento, princípios e objetivos da iniciativa.

O terceiro capítulo investigará a questão do movimento social MAP como paradigma transfronteiriço, para isso será traçado um estudo sobre a problemática conceitual, importância e evolução histórica dos paradigmas nas Relações Internacionais, fazendo uma observação mais aprofundada dos modelos de paradigmas tradicionalista e pluralistas, além de verificar a posição do MAP como movimento social e paradigma transfronteiriço.

Para a realização do presente estudo a técnica de pesquisa utilizada é a análise da documentação de forma indireta, por intermédio de pesquisa bibliográfica, com ampla investigação na literatura especializada sobre o tema. O enfoque no tema fundamenta-se nos marcos teóricos de Maria da Glória Ghon, Thomas S Kuhn e Odete Maria de Oliveira, com processo investigativo empregado no método dedutivo.

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS SOCIAIS

1.1 Historicidade

A sociedade civil é o espaço onde surgem e se desenvolvem os conflitos econômicos, sociais, ideológicos e religiosos. Estes conflitos podem ser resolvidos pelas instituições da sociedade através de mediações e/ou da repressão.¹ Assim, os movimentos sociais passam a surgir a partir do século XIX, como expansão da atividade política, defendendo interesses próprios, com o intuito de provocar mudanças institucionais, utilizando-se de formas de organização e atuação não-convencionais, ou seja, passeatas, atos de violências, etc.²

Entretanto, a história antiga da Europa encontra-se marcada por inúmeros registros de movimentos sociais. Exemplos emblemáticos são a revolta dos escravos espartíacos, as Cruzadas e as diversas guerras religiosas em Roma, as guerras camponesas na Alemanha do século XVI, os conflitos étnico-raciais por todo o continente europeu. Além desses, é digno de nota o movimento de mulheres que, em virtude do contexto histórico-social no qual estava inserido e das idéias revolucionárias que trazia em seu bojo, acabou por desencadear uma verdadeira perseguição às participantes, o que foi denominado caça às bruxas.³

Evidentemente, não foi apenas a Europa que se viu palco de convulsões sociais. Na Ásia, no mundo Árabe, na África e também na América Latina,

¹ BOBBIO, Norberto. *Estado, governo, sociedade*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987. P.35

² TARROW, S. *Power in Movement*. Cambridge, Un. Press. 1994 apud SIQUEIRA, Sandra Maria Marinho. *O papel dos movimentos sociais na construção de outra sociabilidade*. Disponível em: <<http://www.anped.org.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

³ FRANK, André Gunter; FUENTES, Marta. *Then theses movements*. Disponível em: <<http://www.rrojasdatabank.org/socmov.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

muitos movimentos têm sido os agentes de resistência e transformação social ao longo da história.⁴

Na história da teoria e da ciência social ocidental, os movimentos sociais foram identificados de acordo com o modelo dos movimentos revolucionários, compreendidos como mobilizações de massa que visam apossar-se do poder de um Estado antagônico. Assim, o pretendido pelos revolucionários é substituir a força opressora do poder estatal por outra voltada para um fim distinto, mas que se utiliza meios muito semelhantes.⁵

A prova disso pode ser verificada no ataque violento e sangrento à Bastilha que deu início a Revolução Francesa, além da Revolução Russa que culminou com o assalto ao Palácio de Inverno.

Com isso, os velhos movimentos sociais, na concepção de Alain Touraine, foram associados à idéia de revolução⁶, e a partir desta associação deu-se origem a uma clara orientação tática para o poder, a violência e o controle.

Alexander, baseado na reconstrução histórica dos movimentos sociais “clássicos”, formulada por Touraine assim escreveu:

Em um sentido empírico, os movimentos revolucionários não deixavam de ter efetivamente uma forma cultural ou um conteúdo ético. Na realidade, as referências teóricas acessíveis aos seus líderes é que limitaram sua autoconsciência. Os líderes revolucionários concebiam seus movimentos como meios instrumentais cuja eficácia dependia do uso da coerção e da força. Idéias e aspectos práticos pareciam-lhes totalmente interligados, saber e poder eram uma coisa só. Touraine (1997, p. 323) chamou a atenção para uma “confusão” intelectual que restringiu o foco dos atores revolucionários ao campo da economia. A “garantia metassocial” desses primeiros movimentos, acredita Touraine, foi definida pelo “modelo cultural” gerado pela “sociedade industrial”, que aparentemente sugeria que qualquer mudança social significativa teria de “coincidir com o campo das relações econômicas”. Em consequência disso, a narrativa revolucionária declarou que só depois do estabelecimento de novas formas de estrutura, somente depois que as transformações técnicas permitissem a

⁴ Idem. Disponível em <<http://www.rrojasdatabank.org/socmov.htm>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

⁵ ALEXANDER, Jeffrey C. *Ação coletiva, cultural e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. Rev. bras. Ci. Soc. V.13, N. 37, Jun. de 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

⁶TOURAINÉ, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 143.

redistribuição eqüitativa de bens e serviços, é que a consideração de ordem ética, moral e cultural seriam levadas em conta.⁷

Karl Marx, prestigiando o modelo clássico, deu mais ênfase aos interesses econômicos e materiais, colocando em segundo plano a moral e a solidariedade. Dessa forma, o quadro de referências materialista nasceu de alterações no modelo teórico criado pelo próprio Marx. Portanto, antes de criar a figura do líder revolucionário, Marx convenceu-se de que toda luta e liderança para ser eficaz em um sentido prático, teria de abandonar o humanismo e a subjetividade.⁸

O afastamento do humanismo e a subjetividade significavam dizer, na visão de Marx, que idéias e sentimentos sobre uma futura sociedade utópica não poderiam interferir na luta pela transformação da sociedade atual. Baseado nesta concepção, Marx passou a distinguir o socialismo como sendo a primeira etapa de uma sociedade pós-capitalista.⁹

Os teóricos contemporâneos dos movimentos sociais secularizaram o modelo clássico inspirado por Marx que adotava a teoria do conflito. Assim, os movimentos sociais passaram a ser vistos como respostas práticas e coerentes à distribuição desigual das privações sociais criada pela mudança institucional, despojando-o da teologia revolucionária. Ademais, o processo de secularização do modelo clássico ignorou as dimensões morais e afetivas da ação coletiva, enfatizando em seu lugar as limitações decorrentes da existência de redes interligadas e da disponibilidade de organizações.¹⁰

⁷ ALEXANDER, Jeffrey C. *Ação coletiva, cultural e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. Rev. bras. Ci. Soc. V.13, N. 37, Jun. de 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

⁸ ALEXANDER, Jeffrey C. *Ação coletiva, cultural e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. Rev. bras. Ci. Soc. V.13, N. 37, Jun. de 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

⁹ ALEXANDER, Jeffrey C. *Ação coletiva, cultural e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. Rev. bras. Ci. Soc. V.13, N. 37, Jun. de 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

¹⁰ ALEXANDER, Jeffrey C. *Ação coletiva, cultural e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais*. Rev. bras. Ci. Soc. V.13, N. 37, Jun. de 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 18 jan. 2008.

Cientistas políticos americanos resgatam a subjetividade e a incorpora nos estudos relacionados aos movimentos. David Snow na última década discutiu como o entendimento cognitivo e a moral exerce um papel importante no descontentamento que alimenta os movimentos sociais.

O movimento operário, para Alain Touraine, surgiu como um dos movimentos sociais mais reivindicativos do século passado, por força de como o trabalho operário na sociedade industrial era organizado, ou seja, para gerar mais e mais lucros. Assim, na sociedade industrial e pós industrial o modo técnico de produção era inseparável de um modo social de produção.¹¹

Alberto Melucci afirma que na atualidade e nas sociedades complexas, o processo social torna-se produto de ações, escolhas ou de decisões a partir das mudanças aceleradas e os riscos de catástrofes. E o significado deste fenômeno vai variar de acordo com o sistema de relações sociais ao qual a ação está ligada, bem como a natureza do conflito a que se refere.¹² Com isso, tem-se que o processo de globalização exerceu grande influência no novo desenho dos movimentos sociais. Além desse, outros fenômenos sociais determinantes na configuração de um novo formato dos movimentos sociais referem-se ao avanço da tecnologia da informação e a popularização da rede mundial de computadores. Nesta concepção, Ilse Scherer-Warren considera que a nova sociedade civil organizada, consciente e participativa, tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimento e de formação de parcerias entre as esferas públicas e privadas, criando novos espaços de governanças.¹³

¹¹ TOURAINE, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2007, p.33.

¹² MELUCCI, Alberto. *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 31.

¹³ SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais: Sociedade e Estado*. Brasília, 2006.

1.2 Definição conceitual de movimento social

Sem que se tenha uma data precisa, foi constatado que os movimentos sociais tiveram origem desde os primórdios da civilização. No entanto, somente no final da década de 60, já no século XX, mais precisamente no ano de 1968, os movimentos sociais deixam de ser contemplados como organização e ação dos trabalhadores em sindicatos para se dar destaque aos chamados *novos* movimentos sociais. Com isso, qualquer discussão travada sobre movimentos sociais recai na formulação de um conceito, pois apesar de todo desenvolvimento alcançado pelos pesquisadores para traçar uma definição, não há consenso entre os estudiosos do tema.

Rompido o tempo em que os movimentos sociais reivindicavam só as questões operárias, dá se início a uma (re) construção do conceito. A partir daí, estes passam a ser vistos como conjunto de opiniões e de crenças comuns a uma população que manifesta preferência pela mudança de alguns elementos da estrutura social e/ou da distribuição de recompensas numa sociedade.¹⁴

Alain Touraine diferencia os movimentos societais, culturais e históricos, visando impedir que seja chamado de movimentos sociais qualquer tipo de ação coletiva, de grupos de interesse ou de instrumentos de pressão política.

Neste diapasão, Touraine entende por movimentos societais aqueles que restam combinados por um conflito social com um projeto cultural, e que estejam prontos a defender um modo diferente de uso dos valores morais. Dessa forma, baseiam-se na consciência de um conflito com um adversário social.¹⁵

Ainda na visão de Touraine, os movimentos culturais não se coincidem com os societais, tendo em vista que estes têm ações voltadas para a afirmação de direitos culturais mais que no conflito com o adversário. Além dessa distinção,

¹⁴ BOUDON, Raymond. *Movimentos Sociais*. IN: Tratado de Sociologia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995, p. 284-291.

¹⁵ TOURAINE, Alain. *Podemos viver juntos?* Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 119.

cabe ainda entender que o autor formula como sendo movimentos históricos aqueles que se põe em questão uma elite e apelam ao povo contra o Estado, não se contrapondo a ordem, mas a modelos de desenvolvimento.¹⁶

Outra distinção entre movimentos reivindicatórios, movimentos políticos e movimentos de classe é formulada por Alberto Melucci que aponta o primeiro como tendente a impor mudanças nas normas, nas funções e nos processos de destinação de recursos; no segundo o que se pretende é influir nas modalidades de acesso aos canais de participação política e de mudanças das relações de forças; enquanto no terceiro, o que se visa é subverter a ordem social e transformar o modo de produção e as relações de classes.¹⁷

Para Maria da Glória Gohn os movimentos sociais

são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.¹⁸

Não havendo acordo sobre o conceito de movimentos sociais, Ilse Scherer-Warren, menciona que para alguns autores, toda ação coletiva com caráter reivindicativo ou de protesto é movimento social, independente do alcance ou significado político ou cultural da luta.¹⁹

Feita essas observações, verifica-se a imprecisão e polêmica que norteiam a conceituação dos movimentos sociais, mas considerando que a crise do mundo industrial e a passagem a um capitalismo organizado em redes tem como resultado uma fragmentação social, cria-se assim, uma nova forma de organização e ação.

¹⁶ TOURAINE, Alain. *Podemos viver juntos?* Iguais e diferentes. Petrópolis: Vozes, 2003, p. 119-125.

¹⁷ MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colégio de México, 1999.

¹⁸ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 44.

¹⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 18.

Essa fragmentação social fez desmoronar as mais tradicionais identidades, formas de organização sindical e da representação política, refletindo assim, num declínio dos movimentos sociais organizados e oriundos a estes, do movimento operário.

Constatada a crise do século passado e de suas massas operárias organizadas no partido e também no sindicato, pode-se contemplar a crescente de movimentos que já foram e, ainda são, capazes de articular pelo avesso essa fragmentação. A esses dá-se o nome de *novos* movimentos sociais que se contrapõem aos *velhos*, tanto em suas práticas quanto nos objetivos.

Segundo Ilse Scherer-Warren têm emergidos *novos* movimentos sociais que

almejam atuar no sentido de estabelecer um novo equilíbrio de forças entre Estado (aqui entendido como o campo da política institucional: o governo, dos partidos e dos aparelhos burocráticos de dominação) e sociedade civil (campo da organização social que se realiza a partir das classes sociais ou de todas as outras espécies de agrupamentos sociais fora do Estado enquanto aparelho), bem como no interior da própria sociedade civil nas relações de força entre dominantes e dominados, entre subordinantes e subordinados.²⁰

Na compreensão de Maria da Glória Gohn, são *novos* os movimentos das mulheres, os ecológicos, os que se colocam contra a fome e outros, todos sinalizando em princípio um distanciamento do caráter classista.²¹ Portanto, os *novos* movimentos sociais desenvolvem ações particularizadas relacionadas às dimensões da identidade humana. Isso, na concepção de Touraine pode ser estabelecido como resistência ao poder apoiada na defesa do sujeito a partir da reconstrução da identidade pessoal.

As novas contestações não visam criar um novo tipo de sociedade, mas “mudar a vida”, defender os direitos do homem, assim como o direito à vida para os que

²⁰ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p.49/50.

²¹ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos e lutas sociais na história do Brasil*. São Paulo: Loyola, 1995, p. 44/45.

estão ameaçados pela fome e pelo extermínio, e também o direito à livre expressão ou à livre escolha de um estilo e de uma história de vida pessoais.²²

Neste contexto, os *novos* movimentos sociais que não atuam num processo de identidade, mas de identificação, tematizam questões como de gênero, orientação sexual e étnica. Sem deixar de compartilhar por outras lutas, tais qual pela terra, distribuição de renda e antiglobalização. Assim, verifica-se que nenhum ator social na atualidade, encontra-se sozinho em suas lutas, mas a atuação se dá em rede, numa articulação global cuja ação é local.

Maria da Glória Gohn afirma que não há um conceito sobre movimento social, mas vários, conforme o paradigma utilizado²³. Portanto, o tema que versa sobre a articulação global dos movimentos será tratado em momento apropriado para melhor aprofundamento do assunto.

1.3 Questões paradigmáticas

O estudo de Thomas Kuhn, intitulado “A estrutura das revoluções científicas”²⁴, é o texto que permitiu o uso do conceito de paradigma nos anos 1970/80, aplicado à história do fazer científico. Para o autor os paradigmas atuam como conjunto de regras, modelos e padrões responsáveis por sustentar e focar os esforços de obtenção de conhecimentos científicos. Seriam como *guias*, dando rumo às investigações dos cientistas.

A utilização de um paradigma, ou seja, de um conjunto específico de pressupostos teóricos, permitiria aos estudiosos deterem sua atenção em questões mais profundas e detalhadas, investigando-as minuciosamente. De outro modo, sem o embasamento de um paradigma vigente, a ciência torna-se por demais tênue e não objetiva, necessitando que cada investigador

²² TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópolis: Vozes, 1998, p. 262.

²³ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 13.

²⁴ KHUN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.67/68.

desenvolva uma explicação acerca de todos os fundamentos básicos do tema estudado.

Segundo Thomas Khun, por meio das chamadas revoluções científicas, ou trocas do paradigma vigente por outro mais adequado é que o progresso científico acontece. Dessa forma, Gohn, afirma que para o autor citado um paradigma surge toda vez que é difícil envolver novos dados em velhas teorias. Contudo, ainda na visão da autora paradigma “é um conjunto explicativo em que encontramos teorias, conceitos e categorias, de forma que podemos dizer que o paradigma X constrói uma interpretação Y sobre determinado fenômeno ou processo da realidade social.”²⁵

A seguir serão apresentadas as principais teorias e paradigmas estabelecidos sobre movimentos sociais nos Estados Unidos, Europa e América Latina, haja vista que a ação coletiva tem sido nas últimas décadas objeto de análise e pesquisa social em âmbito mundial e latino-americano.

1.3.1 Paradigma Norte-Americano: teoria clássica e contemporânea

Foi nos Estados Unidos que a teoria clássica sobre os movimentos sociais se desenvolveu e permaneceu hegemônica por várias décadas, além de se espalhar para outros países. Predominando até os anos 60 pode-se dizer que não foi homogênea, pois houve diferentes destaques. Podendo ser citado, como ensina Maria da Glória Gohn, cinco linhas de abordagem com características comuns.

Ainda na concepção de Maria da Glória Gohn²⁶, as cinco correntes teóricas norte-americanas de abordagem clássica estão divididas da seguinte forma:

²⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 13.

²⁶ Para a autora as três primeiras teorias são chamadas de teoria dos movimentos sociais, as outras duas são ações coletivas, isso porque seus formuladores assim as caracterizaram.

1. A Escola de Chicago e alguns interacionistas simbólicos do início deste século. Como um dos produtos desta corrente temos a primeira teoria sobre movimentos sociais, no trabalho de Herbert Blumer (1949).²⁷
2. A segunda corrente desenvolveu-se ao longo dos anos 40 e 50, com as teorias sobre a sociedade de massa de Eric Fromm (1941), Hoffer (1951) – também militante de movimento social – K. Kornhauser (1959). Este último exerceu forte influência sobre algumas produções posteriores; ele caracterizava os movimentos como formas irracionais de comportamento e os considerava antimodernos.
3. A terceira corrente predominou nos anos 50 com um forte acento em variáveis políticas e está presente nos trabalhos de S. Lipset (1950) e Herberle (1951). Ela articulava as classes e relações sociais de produção na busca do entendimento tanto dos movimentos revolucionários como da mobilização partidária, do comportamento diante do voto e do poder político dos diferentes grupos e classes sociais. Ela gerou a segunda grande teoria específica sobre os movimentos sociais, expressa nos trabalhos de Heberle.
4. A quarta corrente foi uma combinação das teorias da Escola de Chicago com a teoria da ação social de Parsons e se fez presente nos trabalhos de Goffman (1959), Turner e Killian (1957), N. Smelser (1962) e David Aberle (1966). Eles analisaram desde formas elementares de comportamento coletivo até a construção das ações coletivas em grande escala, retomando o *approach* psicossocial e deixando de lado os vínculos entre as estruturas e a política, tão caros à corrente anterior. A terceira grande teoria sobre movimentos sociais na abordagem dos clássicos decorre desta corrente, nos trabalhos de Smelser.
5. A quinta e última corrente da abordagem clássica, denominada organizacional-institucional, está representada pelos trabalhos de Gusfield (1955) e Selznick (1952). Teve grande influência nas teorias que substituíram o paradigma clássico, mas não gerou, em sua época, nenhuma teoria específica sobre os movimentos sociais, entre eles o próprio Gusfield.²⁸

Diante das correntes que predominaram nos Estados Unidos até os anos 60 tem-se que tanto o núcleo articulador (*teoria da ação social*) e a busca de compreensão dos comportamentos (*enfoque sociopsicológico*) eram características comuns entre as diferentes linhas. Além disso, era preocupação prioritária o comportamento coletivo institucional e a do não-institucional, pois este era definido como sendo não guiado por normas sociais existentes. Portanto, os comportamentos coletivos eram considerados pela abordagem tradicional norte-americana como fruto de tensões sociais.²⁹

²⁷ Blumer foi o grande teórico dos movimentos sociais na abordagem clássica do paradigma norte americano, pois definiu movimentos sociais como empreendimentos coletivos criados para estabelecer uma nova ordem de vida. Dessa forma, dividiu os movimentos em três categorias: genéricos (movimento operário, dos jovens, mulheres e paz); específicos (como desenvolvimentos dos genéricos); expressivos (movimentos da moda).

²⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 25/26.

²⁹ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 23/24.

Ainda Nos Estados Unidos, mas chegados os anos 60, a Teoria da Mobilização dos Recursos surge em meio às transformações políticas ocorridas na sociedade. Rejeitando o paradigma tradicional, impuseram, conseqüentemente, rejeição aos sentimentos e ressentimentos dos grupos coletivos, não aceitando a visão dos movimentos sociais como momentos de quebra das normas daqueles grupos.

Neste contexto, Maria da Glória Gohn assim explica:

A fragilidade do paradigma tradicional para explicar os movimentos sociais da década de 60 (que emergiram desde os anos 50), os direitos civis, aqueles contra a guerra do Vietnã, os do feminismo etc., que também contavam com a participação de militares advindos das camadas médias da população, levou à formulação da teoria da MR. As teorias das tensões estruturais, privações, descontentamentos etc. eram, para os criadores da MR, insuficientes para explicar os novos movimentos. A nova teoria enquadrou as ações coletivas em explicações comportamentalistas organizacionais, rejeitando, portanto a ênfase anterior dada pelo paradigma clássico aos sentimentos, descontentamentos e quebras de normas, todos de origem pessoal.³⁰

A Mobilização de Recursos por serem movimentos sociais compreendidos como organizações, analisados sob a ótica da burocracia de uma instituição, têm como variável mais importante os recursos, quer sejam eles os humanos, os econômicos, de infra-estrutura ou de comunicação. Assim, por algum tempo, predominou o entendimento de que a partir da viabilidade dos recursos surgiam os movimentos. Entretanto, houve alteração nesta afirmação, para a concepção de que os movimentos sociais surgem quando se estruturam oportunidades políticas para ações coletivas.

Com base nisso, percebe-se que a abordagem da Mobilização de Recursos advém de categorias econômicas, onde é traçada, na lógica racional da interação entre os indivíduos, a busca em atingir metas e objetivos em estratégias

³⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 50.

que avaliam os custos e benefícios das ações. Portanto, a base do modelo é a teoria do utilitarismo.³¹

McCarthy e Zald, citados por Maria da Glória Gohn, foram reconhecidos como os autores mais expressivos da primeira fase da Mobilização de Recursos, utilizando de metáforas avançadas do capitalismo burocratizado conseguiram descrever as relações entre movimentos e grupos de interesses. Para isso, trabalharam com categorias como *organização de movimentos sociais*. Dessa forma, ganhariam algo com ela, sejam os seus membros, agentes governamentais ou entidades particulares.³²

Nesta visão de McCarthy e Zald³³ todo o sucesso de um movimento seria atribuído aquele que mais se aproximasse de uma organização formal hierárquica, desde a dedicação de seus líderes à capacidade para mobilização efetiva de suportes externos. Travando assim, um setor de mercado, totalmente livre em competições e idéias com outros grupos.

Ainda nesta concepção econômica, até mesmo a mobilização de base estaria dependente de estratégias financeiras para a capitalização de recursos junto aos mandatários ou meros simpatizantes da causa em ação. Tornado os movimentos não apenas uma organização empresarial, mas indústrias econômicas.

Mesmo que a Mobilização de Recursos não se utilize da categoria sociedade civil, por priorizar a análise econômica, não pode ser negado que a análise política também esteve presente, pois houve valorização da sociedade civil com suas associações autônomas, reconhecendo-as como um espaço pluralista, onde os novos grupos e movimentos eram compatíveis com a democracia. Apesar disso, a Mobilização de Recursos se mantém no campo funcionalistas das

³¹ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 51.

³² GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 51.

³³ Os autores, citados por Maria da Glória Gohn, subdividiram os movimentos sociais em duas categorias: de consenso e de conflito. Sendo que os movimentos de conflito objetivariam mudanças sociais, já os de consenso não contestariam a ordem e o *status quo* vigente e sim, buscariam apenas alargar algumas fronteiras dentro de seus objetivos.

organizações, das estruturas e instituições, fato que tenha sido o precursor de duras críticas à teoria.

As principais críticas à teoria da Mobilização de Recursos atacam sua sustentação (escolhas racionais) e visão (burocrática). Entretanto, a crítica mais festejada foi a de Jean Cohen que entendeu e destacou na Mobilização de Recursos a exclusão de valores, normas, ideologias, projetos, cultura e identidade dos grupos sociais estudados. Isso porque, as ações coletivas foram analisadas segundo uma lógica de interação *custo-benefício*, firmada, insistentemente, na racionalidade instrumental e estratégia da ação coletiva.³⁴

Margit Mayer elabora, no entendimento de Maria da Glória Gohn, a crítica metodológica mais contundente à Mobilização de Recursos, entendendo que esta silencia em relação ao papel das normas, crenças e emoções nos comportamentos coletivos ou na sociedade de massa. Ademais, Mayer, observa ainda duas lacunas na Mobilização de Recursos, quais sejam, a negligência no processo de interpretação das carências e em relação ao sistema político. Portanto, a Mobilização de Recursos, conclui a teórica, exclui as novidades, como os movimentos ecológicos, pela paz, das mulheres e muitos outros que foram responsáveis em criar uma nova agenda e um novo paradigma, expresso na teoria dos *Novos Movimentos Sociais*.³⁵

Oberschall, um dos teóricos mais referenciados no paradigma norte-americano, afirma que insatisfação ou solidariedade são dois opostos que atuam como fatores primordiais na análise das condições sociais que provocam a erupção dos movimentos sociais. Ocorrem que para se ter o nascimento de um movimento social não são suficientes a causa justa e a mensagem atrativa. Com isso, para o autor movimento social significa organização porque exige marcos referenciais significativos e atrativos. Nesta dinâmica, as mensagens necessitam ser comunicativas e de interesses públicos. Deve existir idéias, símbolos e palavras-chaves, corpo de ativistas, fundos, cartas, boletins e listas de nomes e endereços tanto de membros como de adeptos potenciais. Além de tudo, deve ser

³⁴ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 55/56.

³⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 58/59.

criado quadros, orçamentos e obtenção de informações a respeito das políticas e das prioridades públicas.³⁶

Neste contexto, Maria da Glória Gohn, reunindo todas as críticas formuladas á teoria da Mobilização dos Recursos conclui dizendo que

as lacunas principais da MR estão na ausência de uma análise do contexto social e político; no desconhecimento das políticas públicas e do papel do Estado na sociedade em geral, e junto aos movimentos sociais em particular; no fato de se ignorar o caráter das lutas dos atores, assim como as experiências de lutas sociais anteriores vivenciadas por eles; e na omissão do papel da cultura nas ações coletivas em geral, e nos movimentos em particular.³⁷

A partir dos anos 70, com o intuito de preencher as lacunas da Mobilização de Recursos, por força do seu exclusivo enfoque econômico, inicia uma nova etapa no paradigma norte-americano que destaca o desenvolvimento do processo político. Nessa nova etapa a ênfase foi dada a estrutura das oportunidades políticas, o grau de organização dos grupos demandatários e a análise cultural na interpretação os discursos. Com isso, enquanto que surgem novos movimentos sociais como os ecológicos, os de discriminação, de direitos dos animais e religiosos aqueles, já analisados pela Mobilização de Recursos, passam por uma releitura, como o que aconteceu com os de direitos civis e das mulheres.

Assim, neste contexto, a nova teoria denominada Mobilização Política, utiliza a psicologia social para compreender os comportamentos coletivos dos grupos sociais trabalhando, basicamente, com três elementos: a reconstrução da figura do ator; as microrrelações sociais face a face; e a busca de especificação para os elementos gerados dentro de uma cultura sociopolítica, com determinados significados.³⁸

Apesar do resgate do interacionismo, pressuposto da Escola de Chicago, realizado por Goffman, Snow, Benford e Gamson, a força dos argumentos psicossociais é forte teoria na Mobilização Política, mas não é a única, pois outras

³⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 63.

³⁷ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p. 60.

³⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.73.

teorias de diversos paradigmas foram incorporadas, tudo com ênfase em processos políticos e não mais no interesse econômico da Mobilização de Recursos. Dessa forma, foram aplicadas a cultura, a perspectiva histórica e a consciência política para articular explicações gerais e entender os movimentos.

Ainda que haja diferenças marcantes entre a Mobilização de Recursos e a Mobilização Política, na visão de Cohen, citado por Maria da Glória Gohn, todos os dois paradigmas estão envolvidos com a contestação entre grupos organizados com associações autônomas e sofisticadas formas de redes de comunicações. Entretanto, autores como Gamson, MacAdam, Taylor e Whitter, a partir de Melucci e o conceito de identidade coletiva analisaram os movimentos como um processo negociado, apartado das estruturas das desigualdades existentes. Assim, esses autores não vêm opostamente à Cohen, diferença crucial entre os paradigmas.³⁹

Dentro desse debate teórico uma das maiores contribuições é de Gamson, pois o autor além de sistematizar os principais elementos do paradigma dos Novos Movimentos Sociais – a própria identidade coletiva; a solidariedade, a consciência e a micromobilização, o autor demonstra a importância dos meios de comunicação e da mídia para mobilizar pessoas, redefinindo o conceito de *frame* confeccionado por Snow e Benford. Além da redefinição do conceito, as pesquisas de Gamson inauguram outra categoria na teoria da Mobilização Política, a de identidade pública. Isso porque, através da mídia os movimentos interferem no discurso político público e todos passam a querer ter voz pública no debate, fazendo capturar a influência do público externo sobre o movimento.⁴⁰

Maria da Glória Gohn, destaca que o conceito de *frame*⁴¹ pode ser mais bem explicado, nas análises que lhe são atribuídos, a partir de uma frase e não apenas uma palavra. Por conseguinte, explicita que frames são:

marcos referenciais significativos e estratégicos da ação coletiva, pois se trata de quadros estruturais que dão suporte e sustentação às ações ao expressar os significados atribuídos àquelas ações coletivas por um

³⁹ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.79/80.

⁴⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.80/81.

⁴¹ Palavra oriunda da língua inglesa que traduzida significa quadro, moldura ou estrutura.

movimento ou grupo social, e ao ser utilizados de forma estratégica para criar um conjunto de representações que expressem aqueles significados.⁴²

Gamson, Firem e Rytina em 1982 utilizaram o conceito de *frames* quando trataram da injustiça social e em 1988, Gamson retoma a utilização para analisar o processo de criação de *frames*, mas somente em 1992, o autor destacou no conceito três elementos capazes de mobilizarem pessoas: injustiças, identidade e agenciamento, sendo que cada um deles, significa, respectivamente, indignação moral expressa em forma de consciência política, processo de definição de *nós* em oposição ao *eles* e conscientização de que a ação coletiva é meio capaz de alterar condições e políticas.⁴³

Contudo, a mais importante contribuição na utilização do conceito de *frames* na análise dos movimentos sociais é fornecida por Snow e Benford, como já delineado anteriormente. Desse modo, a partir dos esforços empregados pelos organizadores de um movimento para juntar os conhecimentos dos indivíduos com os das organizações-suporte dos movimentos, propuseram o conceito de *frame alignment*. Com isso, os autores, desviando do foco da atenção dos *frames* como perspectiva exclusivamente cognitiva para uma perspectiva político cultural, *frame* passa a ser um esquema interpretativo das coletividades para se entender o mundo.⁴⁴

Sidney Tarrow, autor pouco conhecido no Brasil até os anos 90, faz uso mais ampliado do conceito de *frame*, pois articula o conceito a uma teoria de análise sociopolítica. Neste contexto, o autor se foca nos símbolos e definições criadas pelos próprios grupos, enfoques às lideranças, o não privilégio da identidade coletiva do grupo e a visão cíclica e evolutiva dos movimentos sociais.⁴⁵

Ainda para o autor os movimentos sociais se criam a partir de oportunidades políticas abertas aos atores sociais. Portanto, mudanças nas oportunidades políticas são responsáveis por novos movimentos sociais e seus

⁴² GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.87.

⁴³ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.88.

⁴⁴ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.89.

⁴⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.94/95.

desdobramentos. No entanto, devem ser somadas as oportunidades políticas, mais três elementos: repertórios, redes e marcos referenciais. Ocorre que o grande destaque dado por Tarrow fica por conta das oportunidades políticas, que são criadas pelo Estado Moderno.

Maria da Glória Gohn, destaca que a principal crítica apontada à Mobilização Política refere-se que a teoria não consegue se desgarrar da análise sistêmica de outras teorias americanas anteriormente estudadas, onde o dinamismo encontra-se apenas num dos pólos da sociedade. Desse modo, conclui que apesar de não conseguir superar o reducionismo e o utilitarismo a teoria da Mobilização Política representou um avanço em relação a todas as outras teorias já produzidas pelo paradigma norte-americano. Isso porque, fez introduzir a política e localizou as ações nas estruturas macrossociais.⁴⁶

1.3.2 Paradigmas Europeus

Construída a partir da crítica à abordagem clássica marxista a teoria dos Novos Movimentos Sociais surge nos anos 70 e desenvolve um forte debate com o paradigma acionalista norte-americano. Enquanto, este, apesar de apresentar teorias expressas em três blocos distintos – a clássica, a Mobilização de Recursos e a Mobilização Política – elas têm denominadores e parâmetros comuns, e dão continuidade a linhas básicas da investigação. Algo que não ocorre no caso europeu, haja vista a presença de diferenças expressivas no paradigma neomarxista e, por outro lado, no paradigma dos Novos Movimentos Sociais.

Neste contexto, os teóricos deram início a criação de esquemas interpretativos que tiveram como características gerais básicas a cultura, a negação ao marxismo, as ações coletivas e a identidade coletiva. A mudança do eixo das demandas da economia para um patamar mais cultural foi a responsável pela criação dos Novos Movimentos Sociais que se apresentaram mais

⁴⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.112/113.

descentralizados, sem hierarquia internas, com estruturas colegiadas, mais participativos, abertos e espontâneos.⁴⁷

Autores como Touraine, Offe, Melucci, Laclau e Mouffe, ao negarem a visão funcionalista da cultura, deixaram de lado a questão da ideologia marxista como representação do real e deram ênfase ao surgimento de um novo sujeito, o coletivo difuso. Este não hierarquizado elimina a centralidade de um sujeito específico e passam a ver todos os participantes das ações coletivas como atores sociais. Portanto, como atores sociais, são analisados pelos teóricos do paradigma sob dois aspectos: por suas ações coletivas e pela identidade coletiva criada no processo, pois os atores são capazes de se autodefinir, a si mesmos e o seu relacionamento com o meio ambiente.⁴⁸ Por conseguinte, nos Novos Movimentos Sociais a identidade coletiva é sua parte constitutiva e se defini a partir dela.

Contudo, não é a questão da formação de uma identidade coletiva que caracteriza o *novo* dentro deste paradigma, afinal, ainda para o próprio Melucci o *novo* nos Novos Movimentos Sociais é uma questão aberta. Com isso, muitas teses foram levantadas para afirmar a novidade do paradigma, sendo que, entre elas pode-se dar destaque a contraposição feita por Claus Offe que afirma ser *novo* o paradigma da ação que tem caráter eminentemente político, pois os modos de atuação fizeram expandir sua base social e seu impacto político, denominando um novo paradigma.⁴⁹

As diversas matrizes teóricas dos Novos Movimentos Sociais questionam o *novo*, assim como expõe Maria da Glória Gohn quando diz que tal paradigma não se trata de algo realmente novo, mas apenas de revisitação de teorias já existentes, como as clássicas weberiana e durkhemiana, como também a contemporânea de Parsons.

Adorno, Habermas, Felix Guattari, Giles Deleuze juntamente com Michael Foucault, foram os principais teóricos contemporâneos, apesar das ênfases

⁴⁷ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.121/126.

⁴⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.122/123.

⁴⁹ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.168.

diferenciadas, a sustentarem formulações e estudos relacionados movimentos sociais ecológicos, os feministas, de homossexuais, de negros e pela paz, todos conhecidos como movimentos alternativos. Influenciados pelo velho idealismo alemão, misturado com essências do pós-guerra da Escola de Frankfurt, formaram os fundamentos do novo paradigma.

Como principais articuladores de teorias fundadas nos discursos dos agentes, já pró-diagnosticada por Kuhn, Habermas e Michael Foucault propuseram uma reação ao estrutural-funcionalismo, retomando a vertente de Marx e Weber que dentro de uma abordagem micro retrata os atores e num macro volta-se à sociedade. Assim, apoiados na teoria micro todos os discursos estão centrados na preservação da liberdade individual, firmando a capacidade que o ator tem de agir livremente contra posições definidas seja em termos materiais ou culturais. Portanto, nesse momento de desenvolvimento da perspectiva de que o indivíduo pode ser agente transformador da ordem vigente, faz resgatar prática cotidiana do fazer e acontecer. Levando a construção de alianças e formações de redes sociais e culturais.⁵⁰

Habermas amplia a sua contribuição na construção teórica do paradigma quando atribui dois papéis aos movimentos sociais, o primeiro como sendo um fator dinâmico na formação de identidade social e o segundo como potencial de expansão dos espaços públicos da sociedade civil. Além disso, o autor identifica que os novos movimentos sociais estão relacionados com a qualidade de vida, igualdade de direitos, auto-realização individual, participação e direitos humanos. Por isso, se contrapõem a velha política dos trabalhadores, pois advém de uma geração jovem de grupos sociais com maior índice educacional.⁵¹

Maria da Glória Gohn, conclui que numa revisão de algumas matrizes básicas que sustentam as formulações teóricas dos Novos Movimentos Sociais, pode se observar que a principal novidade encontra-se fundada na forma de fazer

⁵⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.135.

⁵¹ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.140.

política, haja vista que esta não está mais alicerçada na política oficial de luta pelo poder nas estruturas do Estado.⁵²

Diante disso, diversas correntes teóricas se apresentaram durante as análises dos Novos Movimentos Sociais, afinal como já analisado o paradigma não se constitui de teorias que se encontram estreitamente ligadas. Contudo, três correntes europeias tomam papel de destaque e merecem ser analisadas.

A corrente francesa liderada por Alain Touraine tem início com a abordagem acionalista, onde é retomada os princípios básicos do funcionalismo que representa toda ação ser uma resposta a um estímulo social. Portanto, o enfatizado é o comportamento social, onde os atores são agentes dinâmicos produtores de reivindicações e demandas. Na realidade, o movimento social apresenta-se nesta abordagem como a ação de um grupo, um ator coletivo que se encontra em contínua oposição a um grupo adversário emaranhados por problemas da sociedade industrial.⁵³

Finalizando os anos 70, o autor distanciado da abordagem marxista tradicional passa a priorizar o estudo da ação social de outros grupos em detrimento da classe operária, colocando que questão a reflexividade da análise social, onde os movimentos sociais são frutos de uma vontade coletiva que disputa na sociedade a direção de seu campo cultural. Assim, alicerçado na teoria da ação social Touraine⁵⁴ se propõe a uma análise mais centrada no desempenho dos atores sociais. Por isso, Maria da Glória Gohn, afirma que para o autor a teoria dos movimentos sociais deve ser construída ao redor das ações coletivas, das lutas, dos autores, ou seja, dentro da teoria dos conflitos.⁵⁵

Apesar de Touraine alterar suas análises durante a trajetória de estudos sobre movimentos sociais, vale destacar que para ele a sociedade civil tem papel de importância visto que são as suas orientações culturais e comportamentais que

⁵²GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.141.

⁵³ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.143.

⁵⁴ O autor descreve três princípios de interpretação dos movimentos sociais: identidade, oposição e totalidade.

⁵⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.145/146.

os movimentos pretendem ver modificado. Neste sentido, a sociedade civil é para o autor o espaço de lutas e processos políticos, pois nela se localiza o processo de criação de normas, identidades, instituições e, principalmente, relações sociais, tudo porque nela há a capacidade de auto-reflexão. Por este motivo que outros estudiosos como Cohen e Arato aponta um dilema vivido por Touraine, afinal o autor não formula uma teoria da sociedade civil, assim divide-se entre interpretar os movimentos segundo a estratégica das organizações ou dar ênfase sobre a identidade, as normas, os modelos culturais e diversas formas associativas criadas pelos próprios atores.⁵⁶

Na década de 90, Touraine em constante processo de reflexão, revê a sua própria teoria sobre os movimentos sociais fundado em argumentos de transformações na sociedade e no mundo do trabalho, ou seja, o sistema capitalista. Desse modo, o autor identifica conflitos que partem da noção de movimentos social, tendo em vista as mudanças ocorridas na natureza do conflito social. Fatos que Maria da Glória Gohn explica dizendo que

As recentes transformações da era da globalização levaram Touraine a assinalar a perda da importância do processo de produção, a transformação do mundo do consumo como o grande espaço de socialização das relações sociais, a importância das comunicações etc. Estas mudanças têm levado ao crescimento do individualismo, os indivíduos estão mais centrados em si próprios, sobre seus desejos e interesses ligados à saúde, à educação, ao lazer etc. As demandas não estão organizadas em torno de um princípio central. Há uma dissociação entre o mundo dos negócios e o da cultura. Das lutas sociais, Touraine assinala que o que restou foi a luta contra o totalitarismo, em suas várias formas. O tema dos movimentos sociais como ele antes o definira tornou-se sem significado, porque os movimentos sociais não são concebidos sem o reconhecimento de que as relações e escolhas políticas.⁵⁷

Concluindo esta nova etapa de reflexão de Touraine, ele ainda afirma que os movimentos sociais são veículos de mobilização de princípios e sentimentos. Além disso, que os partidos políticos, como representantes da necessidade histórica, estão prestes a desaparecerem, pois os novos movimentos sociais estão mais voltados para a autogestão do que a construção de uma história, mais abertos

⁵⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.150.

⁵⁷ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.151.

a democracia interna do que a tomada do poder. Entretanto, esta não é a sua única contribuição recente, visto que, Touraine, agora em 1996, reafirma a preocupação de que todos os estudiosos do tema revisem o conceito de movimento social, dada as mudanças impactadas pela globalização.⁵⁸

Outra corrente de grande importância para o paradigma dos Novos Movimentos Sociais é comandada por Alberto Melucci, pois tendo sido atribuído a ele a boa fama de ser um dos fundadores do paradigma da identidade coletiva⁵⁹, sua produção deu enfoque ao psicossocial, onde combinou a análise da subjetividade das pessoas com a análise das condições político-ideológicas de certo momento histórico. Dessa forma, sua contribuição, segue posicionamento contrário da de Touraine, afinal este enfatiza sistemas macrosociais e aquele está mais voltado ao plano micro, estabelecendo conexão entre os movimentos e as necessidades individuais na sociedade contemporânea.

Para o autor movimentos sociais são sistemas de ações, vistos como redes complexas entre os diversos níveis e significados da ação social. Portanto, para ele a mera existência de um conflito ou a quebra de regras e normas não são suficientes para qualificarem uma ação como movimento social. Levando a crer que a caracterização surge somente quando se trava a luta entre dois atores por uma mesma coisa.

A análise dos movimentos sociais realizada por Melucci em 1992 faz o autor afirmar que os movimentos funcionam como um sinal e não o próprio resultado de uma crise, pois funcionam como os guias das sociedades complexas. Sendo capazes também de institucionalizar práticas sociais e de mudarem a linguagem cultural de toda uma época. Não podendo ser vistos apenas como instrumentos de respostas às crises econômicas ou meros efeitos de desvios ou marginalidades. Recusando assim, algumas análises marxistas tradicionais e abordagens funcionalistas clássicas o autor vê não entende que os movimentos

⁵⁸ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.152/153.

⁵⁹ Para Melucci *identidade coletiva* é uma definição interativa e compartilhada, produzida por certo número de indivíduos (ou grupos em níveis mais complexos) em relação à orientação de suas ações e ao campo de oportunidades e constrangimentos onde estas ações têm lugar.

sociais são criados apenas de necessidades ou da vontade de indivíduos isolados.⁶⁰

A abordagem de Claus Offe segue a teoria crítica iniciada pela Escola de Frankfurt e se situa na terceira corrente a ser analisada entre as principais correntes europeias dos Novos Movimentos Sociais, sendo considerada até o presente momento como uma das abordagens mais significativas, pois realiza uma combinação das perspectivas macro e micro na análise social.

Em trabalho diverso de Touraine que prioriza a análise sociocultural e de Melucci que enfatiza o psicossocial, Claus Offe não se prende apenas ao movimento social, mas em todo o conjunto sociopolítico após a Segunda Guerra Mundial dentro de um sistema capitalista avançado. Firmando assim, análise política que tem articulações com o campo político e o sociocultural, localizando como campo de atuação um espaço de política não-institucional.⁶¹

Baseado em Foucault o autor conclui pela inadequação da concepção tradicional marxista e firmado em Habermas, analisa os fatores que geram à colonização do mundo de vida. Disso, conclui que os Novos Movimentos Sociais aparecem como resposta a um conjunto de problemas e visualiza que novas formas de expressão políticas surgirão em torno de problemas cotidianos e da construção da identidade de novos movimentos sociais. Por conseguinte, como já exposto anteriormente, para Offe, o *novo* nesse paradigma se reflete na ação, que tem caráter eminentemente político, pois os valores defendidos não contêm novidade expressa.⁶²

Além dessas, muitas outras contribuições alcançaram o paradigma dos movimentos sociais traçados na Europa. Dando-se destaque aos seguidores do marxismo clássico – Rosa Luxemburgo, Gramsci, Lukács e a Escola de Frankfurt que se dividiu em duas correntes: uma ligada a tradição histórica humanista que ressaltou a consciência, a alienação e ideologia. Sendo que a outra privilegiará os fatores econômicos, macroestruturais da sociedade, fazendo uso dos estudos de

⁶⁰ AVRITZER, Leonardo. *Sociedade civil e democratização*. Belo Horizonte, Del Rey, 1994, p. 183.

⁶¹ GOSS, Pereira Karine., PRUDENCIO, Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. Em Tese. Vol.2, n.1, p.75-91. Disponível em: <<http://www.emtese.usfc.br>>. Acesso em 20 de nov.2007.

⁶² GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.165-167.

Marx após 1850 onde trabalho o desenvolvimento do capital. Ao lado desses, denominados teóricos neomarxistas – Manuel Castells, Jean Lojkine, Claus Offe, Laclau, Hobsbawm, Thompson e G. Rudé fizeram uma revisitação aos trabalhos do marxismo ortodoxo e centrados na política, a partir das inovações democráticas passam a focar uma cultura política.⁶³

Neste contexto, importante destacar que Rosa Luxemburgo se manteve fiel ao marxismo humanista e libertário, revelando em seus estudos a grande importância para ela dos movimentos de massa que são contribuintes na construção do socialismo.

Numa análise contemporânea neomarxista dos movimentos sociais é significativa a teoria proposta por Manuel Castells, tendo em vista que nos anos 70 ele lidera um processo de renovação no debate relacionado com as questões urbanas, tendo esta teoria se tornado conhecida como os Movimentos Sociais Urbanos. Contudo, a trajetória de Castells sofre forte mudança quando, distanciado do marxismo, implica ao Estado a função de dar coesão social, onde empregando o papel de árbitro, integraria e unificaria os conflitos sociais.⁶⁴

Baseada numa leitura de vários teóricos sobre os Novos Movimentos Sociais Maria da Glória Gohn conclui dizendo que estes se referem mais a novas formas de manifestações coletivas do que propriamente uma abordagem desvinculada do marxismo. Além disso, enfatiza que

Os Novos Movimentos Sociais caracterizam-se pelo estudo de movimentos sociais num *approach* mais construtivista, tomando como base movimentos diferentes dos estudados pelo paradigma clássico marxista. Eles se detiveram no estudo dos movimentos de estudantes, de mulheres, gays, lésbicas e em todo universo das questões do gênero, das minorias raciais e culturais e etc.⁶⁵

Portanto, a teoria apresenta-se incompleta, ainda que tenha a identidade coletiva com sua máxima expressão, pois este se apresenta como resultado do

⁶³ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.172/173.

⁶⁴ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.190/191.

⁶⁵ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.128.

processo, mas as novas formas de se explicar como os movimentos sociais se configuram não estão explicitadas.

1.3.3 O Paradigma Latino Americano

Feito um mapeamento sobre os paradigmas norte-americanos e europeus, resta focar a realidade latino-americana dos Movimentos Sociais. Afinal, para muitos teóricos a América Latina tem sido cenário de emergência e multiplicação de movimentos sociais, mas pouca teoria tem sido elaborada. Portanto, têm-se destaque as teorias da modernização, da marginalidade e da dependência.

A teoria da modernização dominante nos anos 50 e 60 nasceu de modelos comparativos de países industrializados e a América Latina. Fato que levou a diagnósticos equivocados. Os demais trabalhos que abordavam a questão da marginalidade social também foram desenvolvidos no intuito de compreender a realidade latino-americana. Contudo, o tema foi tratado como problema cultural que seria resolvido a partir de uma educação formal ou até mesmo com o passar do tempo. Assim, predominava o paradigma dualista: uma fase moderna e outra atrasada, demonstrando que esses trabalhos estudavam as elites e o processo de desenvolvimento e não os grupos populares, pois estes só eram citados como elementos de integração dos processos analisados.⁶⁶

A teoria que se atém as especificidades da América Latina é a teoria da dependência elaborada por Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto⁶⁷, mas antes se faz necessário uma introdução que norteie o princípio dessa abordagem que fundamentará a compreensão dos movimentos sociais.

Como característica comum dos países da América Latina apresenta-se o modelo econômico denominado agro-exportador, visto que as colônias, no

⁶⁶ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.172/173.

⁶⁷ CARDOSO, Fernando H., FALETTTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

processo de conquista eram organizadas para produzir produtos agrícolas de exportação ou extração de metais preciosos. Essa prática gerava a dependência para com as forças conquistadoras.

Fernando José Martins e Dalva Helena de Medeiros explicam que no início do século XIX, houve a emancipação dos países latino-americanos em relação às metrópoles, mas não sua independência em relação ao mercado externo⁶⁸. Fato que só passa a sofrer significativa mudança no século XX, com a Grande Depressão.

A modernização dos países latino-americanos foi marcada por contradições, tanto no tempo como no espaço e os projetos de industrialização causaram convulsões sociais nas quais vários movimentos sociais foram sujeitos de ação e reação.

Com base neste contexto Martins e Medeiros afirmam que

Todavia, por mais ou menos vitoriosos que alguns países tenham sido em seu processo de industrialização, e na conseqüente constituição de mercados internos integrados, não eliminaram sua dependência em relação ao centro do sistema capitalista, em especial aos Estados Unidos. Tal relação de dependência assume novas formas, pois, para que os processos de industrialização ocorressem, foram realizados grandes investimentos de capitais internacionais, os quais passaram a exercer um certo poder sobre os rumos desses países. Um fator estruturante de tal relação centro/periferia é a diferença tecnológica que continua a manter a América latina na periferia do sistema capitalista, em uma posição dependente do centro do sistema.⁶⁹

A teoria da dependência se manteve centrada em explicar o modelo institucional, em nível macro, com isso se distanciou de explicar a sociedade civil.

Na década de 80 uma explosão de influências européias surge nos estudos sobre os movimentos sociais na América Latina que se fez, predominantemente, por meio do paradigma marxista. Ficando neste período completamente esquecidos os paradigmas norte-americanos. Encerrando a década de 80 a

⁶⁸ MARTINS, Fernando J., MEDEIROS, Dalva Helena. *Os movimentos sociais e suas perspectivas educacionais*. Disponível em <<http://www.unicentro.br>>. Acesso em 15 de fev. 2008

⁶⁹ MARTINS, Fernando J., MEDEIROS, Dalva Helena. *Os movimentos sociais e suas perspectivas educacionais*. Disponível em <<http://www.unicentro.br>>. Acesso em 15 de fev. 2008

abordagem marxista também começa a ser substituída pelo paradigma dos Novos Movimentos Sociais que fica estagnada nos anos 90.

Muitos estudos foram realizados sobre os movimentos sociais na América Latina após os anos de 1970, justamente no período de transição do regime militar à democracia. Talvez, seja por isso, que estes estudos deram muita atenção ao processo de construção da identidade política.⁷⁰

Cifuentes, citado por Ilse Scherer-Warren, afirma que

há um vazio teórico na América Latina, na medida que se chama de movimento social qualquer conduta coletiva empiricamente observável, sem tomar em conta a centralidade do ator, o alcance de suas lutas, os condicionamentos de sua ação, a consciência, a ideologia, o projeto social e político que envolve a ação.⁷¹

Apesar disso, a América Latina foi palco de muitos movimentos sociais, tendo ocorrido na totalidade dos seus países.

Desde a colonização estão presentes as lutas sociais no Brasil e foi em território brasileiro que a maioria dos movimentos se concentrou nas últimas décadas.

Enquanto temos lutas brasileiras que buscaram assegurar a conquista da cidadania, tem-se a presença de movimentos sociais de cunho não propriamente popular, como os movimentos de independência, republicanos, movimentos rurais ligados à oligarquias, cuja atuação sempre esteve voltada aos interesses particulares.

México, Peru, Bolívia, Venezuela e Colômbia, também foram cenários de diversos movimentos populares. Com destaque aos movimentos anticapitalista *zapatista* dos anos 70 e *chiapas* dos anos 90 ocorridos no México. Além dos

⁷⁰ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.221.

⁷¹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 18.

movimentos bolivianos de população indígena, como dos Aymaras e o Peru com o movimento Sendero Luminoso, caracterizado como guerrilha rural.⁷²

Na Argentina o destaque é direcionado aos movimentos de direitos humanos, sendo que o mais significativo é *Mães da Praça de Maio*, pois marca a transição política do país. Já o Chile, apresentou movimentos sociais pré-regime militar e outros que fizeram parte do processo de redemocratização após a era Pinochet. Entretanto, a América Central teve seu foco direcionado aos processos de libertação nacional.⁷³

Diante das diferenças assinaladas, Maria da Glória Gohn demonstra alguns pontos que merecem ser considerados na formulação desse paradigma que segundo ela são: diversidade de movimentos sociais; hegemonias dos movimentos populares diante de outros tipos de movimentos sociais; presença maciça de *novos* movimentos sociais (ecológicos, negros, mulheres e teologia da libertação); ausência de significação dos movimentos de imigrantes; questão indígena; presença singular do racismo; Estado como inimigo diante dos movimentos sociais; ideologias presentes; partidos políticos como parceiros; presença de intelectuais no cenário; recente integração entre movimentos e lutas, por intermédio de ONGs e associação destas; questão agrária gritante; heterogeneidade.⁷⁴

Dentre todos esses aspectos, importante frisar que a heterogeneidade representa melhor as considerações sobre a diversidade dos movimentos, pois possibilita a presença de várias características articuladas em uma só realidade. Portanto, para análise dos movimentos sociais na América Latina, deve-se manter sempre um enfoque multidisciplinar. Além disso, ao falar de ser humano e ser sujeito, no contexto latino-americano, deve-se observado que ele nasce de uma situação que registra opressão, pobreza e miséria. Assim, a trajetória da opressão ao grito, faz nascer um sujeito dos movimentos sociais.⁷⁵

⁷² GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.222.

⁷³ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.223.

⁷⁴ GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2006, p.224/240.

⁷⁵ WOLKMER, Antônio Carlos (org.). *Direitos humanos e filosofia jurídica na América Latina*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2004, p. 216.

1.3.4 Redes de movimentos sociais como novo padrão organizacional

Na atualidade, sobretudo a partir da década de 90, destaca-se novas formas de autor-organização e de relacionamento inter-organizacional, haja vista o aparecimento de novos temas e dos diferentes enfoques nas pesquisas relacionadas aos movimentos sociais.

A rede de movimentos é o padrão organizacional da ação coletiva contemporânea que para Alberto Melucci, são pequenos grupos formados e imersos na vida diária que se apresentam com fins específicos e caracterizados pela associação múltipla, pela militância parcial e efêmera, e pelo desenvolvimento pessoal e solidariedade afetiva como condição de participação.⁷⁶

Nesta direção, observa-se que os movimentos sociais não mais se restringem à luta de um sujeito privilegiado, mas passam a existir como atores sociais conectados no processo de transformação social de um determinado contexto de interesses e oportunidades.

Karine Pereira Goss e Kelly Prudencio, citando Zigmunt Bauman, afirmam que a importância política das redes se evidenciam a partir da crise da noção de cidadania, justamente provocada pela maciça intensificação do processo de individualização que levou a corrosão e desintegração da cidadania. Com isso, se os cidadãos defendiam a esfera privada contra a invasão do Estado, hoje se trata de defender o domínio público.⁷⁷ Desse modo, as redes sociais são as formas mais expressivas das articulações políticas contemporâneas como resposta aos problemas gerados pela globalização.

Baseado nisso, Ilse Scherer-Warren afirma que

há pressupostos de uma nova cultura política para esta forma/estratégia de organização e relacionamento. Primeiro, pressupõe a construção de uma nova utopia de democracia, onde as relações políticas seriam mais horizontalizadas e onde haveria um maior reconhecimento e respeito à diversidade cultural e

⁷⁶ MELUCCI, Alberto. *Acción colectiva, vida cotidiana y democracia*. El Colégio de México, 1999, p. 74/75.

⁷⁷ GOSS, Pereira Karine., PRUDENCIO, Kelly. *O conceito de movimentos sociais revisitado*. Em Tese. Vol.2, n.1, p.75-91. Disponível em: <<http://www.emtese.usfc.br>>. Acesso em 20 de nov.2007

pluralismo ideológico. Por exemplo, a possibilidade de se criar fóruns cidadãos com a participação de associações de bairros, grupos negros, de mulheres, pastorais, ONGs, sindicatos, etc. Segundo, aposta na possibilidade de conectar o local ou o específico com o global ou com o interesse mais geral de uma cidade, de uma região ou mesmo do planeta. Este é, por exemplo, o caso das Redes de ONGs e movimentos de bairro que se articulam a partir de interesses locais, específicos das comunidades, em torno de um projeto cidadão comum, seja em torno da idéia de um projeto global para a cidade como um todo ou da idéia da cidade para todos.⁷⁸

A partir da década de 90 não se pode negar que a globalização exerceu grande influência nos movimentos sociais. Somada a esta nova ordem, outros fenômenos sociais como o avanço da tecnologia da informação e a popularização da rede mundial de computadores são fatores determinantes na configuração de um novo formato dos movimentos sociais.

Portanto, neste contexto de globalização, visto que não se trata de um fenômeno exclusivamente econômico, mas que também ocorre nas dimensões culturais e políticas, desafios são postos aos movimentos sociais diante de um mundo que se apresenta cada vez mais interdependente, intercomunicativo.⁷⁹ Com isso, no plano político os movimentos sociais tornam-se mais transnacionais⁸⁰; e no plano cultural, enfrentam o desafio do multiculturalismo. Dessa forma, as lutas identitárias e de autonomia cedem seus espaços aos movimentos sociais de solidariedade, firmados na cooperação e complementaridade.

Maria da Glória Gohn aponta diferenças nos movimentos antiglobalização quando comparados com outros que foram conhecidos até o século XX, pois aqueles não negam o capitalismo, mas negam como a ordem é instituída. Além disso, esses movimentos têm suas ações pautadas na solidariedade quando buscam alternativas aos problemas sociais e a própria continuidade da vida.⁸¹

A formação de redes sociais, interpretada como uma nova prática de cooperação entre organizações sociais tem por finalidade a concretização de meios para uma atuação eficiente, para atingirem seus objetivos, buscando o

⁷⁸ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes enquanto conceito propositivo dos movimentos sociais*. Disponível em <www.promenino.org.br>. Acesso em 10 de fev. 2008.

⁷⁹ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p.10.

⁸⁰ Como exemplos de associativismo civil transnacionais podem ser citados os relacionados à defesa dos direitos humanos, da paz, os ecológicos, feministas, étnicos.

⁸¹ GOHN, Maria da Glória. *Movimentos Sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, p.33.

fortalecimento e a prevalência de seus ideais, para que dessa forma possam intervir na atual realidade social complexa. É Nesse sentido, que a rede se torna um espaço de construção coletiva, que se define a medida que é realizada. Entrelaçando os movimentos sociais com outros territórios políticos e culturais.

A constituição de uma rede está firmada em características próprias dessa nova forma de associação civil, como por exemplo, *relações não hierárquicas* (estrutura horizontal); *relações independentes* (relação de autonomia entre os atores); *diversidade em sua composição* (presença de representantes de diversas organizações); *interesse comum numa mesma política* (a formação de rede se justifica por um objetivo comum, ainda que esse objetivo não seja comum na origem de cada componente); *intercambiar recursos* (troca de recursos existentes de forma mais ou menos igualitária, mas com participação de todos); *transnacionalidade* (relação de parceria e troca entre as organizações ou redes que vão além do território nacional); *pluralismo orgânico e ideológico* (coexistência e parceria entre diferentes atores e componentes ideológicos); *atuação no campo cultural e ideológico* (busca por transformações mais amplas); *informalidade relativa* (inexistência de mecanismos de regulação, tais como, prenome de tratamento, formas oficiais de encaminhamento); *policentrismo* (inexistência de ator ou organização que centralize pautas, decisões, ações, objetivos ou ideologias); *funcionamento por auto-regulamentação* (existência de regras de funcionamento próprias a cada rede).⁸²

Focada nas características e na afirmação de Danielle Miguelletto pode ser observado que os movimentos em rede possuem um *modus operandi* próprio. Os elementos estratégicos à disposição para a ação administrativa são os atores (sujeitos ativos que interagem), as percepções (visões de mundo), as relações (tipos de vínculos), os recursos (de diversas naturezas) e as regras (expressam padrões de comportamento). A autora propõe a seguinte definição de rede:

É um arranjo organizacional formado por um grupo de atores que se articulam com a finalidade de realizar objetivos complexos, inalcançáveis de forma isolada.

⁸² GODINHO, Lena de Lacerda. *Cooperação Interorganizacional e Redes Sociais: um estudo de quatro redes centradas em Belo Horizonte*. Belo Horizonte, PUC, 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

A rede é caracterizada pela condição de autonomia das organizações e pelas relações de interdependência que estabelecem entre si. É um espaço no qual se produz uma visão compartilhada da realidade, se articulam diferentes tipos de recursos e se conduzem ações de forma cooperada. O poder é fragmentado e o conflito, inexorável, por isso se necessita de uma coordenação orientada ao fortalecimento dos vínculos e ao impedimento da dominação.⁸³

Ainda na visão da autora, o modelo administrativo geral para as redes deve levar em consideração as duas dimensões de gestão: uma voltada à cooperação dos autores e outra orientada para a efetividade dos projetos, uma vez que se ocupam da gestão de uma forma compartilhada e democrática, da autonomia e opinião dos atores envolvidos.⁸⁴

Segundo Ilse Scherer-Warren a nova sociedade civil organizada, consciente e participativa, tende a ser uma sociedade de redes organizacionais, de redes inter-organizacionais e de redes de movimento e de formação de parcerias entre as esferas públicas e privadas, criando novos espaços de governança com o crescimento da participação cidadã. Nesse contexto, as redes de mobilizações sociais possibilitam a transposição de fronteiras *territoriais*, articulando as ações locais às regionais, nacionais e transacionais; *temporais*, lutando pela indivisibilidade de direitos humanos de diversas gerações históricas de suas respectivas plataformas; *sociais* em seu sentido amplo, compreendendo o pluralismo de concepções de mundo dentro de determinados limites éticos, o respeito às diferenças e a radicalização da democracia por meio do aprofundamento da autonomia relativa da sociedade civil organizada. Essa é a nova utopia do ativismo: mudanças com engajamento com as causas sociais dos excluídos e discriminados e com defesa da democracia na diversidade.⁸⁵

Os anos 90 redefiniram o cenário de lutas sociais no mundo e, principalmente, na América Latina, isso porque vêm apresentando movimentos

⁸³ MIGUELETTO, Danielle. *Gestão de organizações em rede: desafio para a administração contemporânea*. Rio de Janeiro, FGV, mimeo. 2002, p. 55.

⁸⁴ MIGUELETTO, Danielle. *Gestão de organizações em rede: desafio para a administração contemporânea*. Rio de Janeiro, FGV, mimeo. 2002, p. 60.

⁸⁵ SCHERER-WARREN, Ilse. *Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais*. Sociedade e Estado, Brasília, 2006, p. 30/45.

sociais com características próprias e com remodelagem do espaço físico de atuação.

Nesta concepção, a Amazônia Sul Ocidental é palco de uma estratégia organizacional que é articulada por um grupo de indivíduos preocupados no desenvolvimento da região. A iniciativa trinacional Madre de Deus, Acre e Pando, comumente conhecida como *Iniciativa MAP*, será analisada no capítulo seguinte com o propósito de reconhecer no movimento uma tendência transfronteiriça de associativismo civil.

CAPÍTULO II

INICIATIVA MAP – ATOR SOCIAL TRANSFRONTEIRIÇO NO CORAÇÃO SUL DA AMAZONIA OCIDENTAL

2.1 Localização Geográfica da Região MAP

Os geógrafos mais modernos geralmente afirmam que as regiões se constroem e se reconstroem através do tempo e do espaço, por isso é tão difícil delimitar e moldar dentro das fronteiras. Além disso, as relações sociais criadas a partir das fronteiras, pouco se importam com os limites territoriais que lhe são dados.

A zona trinacional de Madre de Dios, Acre e Pando, compartilhada entre Perú, Brasil e Bolívia, está no centro das atenções internacionais por vários motivos, seja pelas construções de estradas e pontes que ligam os três países, seja pelo grande espaço contínuo, devido as suas características comuns, suas redes interfronteiriças e, principalmente, suas relações sociais.

O Departamento de Madre de Dios, no Perú tem 60% do seu território de 85.000 km² declarado como reserva nacional. A biodiversidade deste departamento é extraordinária e a base de sua economia se constitui da extração da madeira, complementada por outras atividades extrativistas, tais como castanha-do-brasil e exportação de ouro e petróleo.⁸⁶

O Estado do Acre é um dos menores Estados do imenso território brasileiro. Sua superfície mede, aproximadamente, 153.000 km² e, juntamente com os Estados do Amazonas e Pará, forma a “Terceira Amazônia Legal no Brasil”. Apesar da vulnerabilidade das fronteiras com a Bolívia e o Perú, por causa do

⁸⁶ BROWN, Irving Foster. Disponível em <<http://.map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

narcotráfico e lavagem de dinheiro, a região tem como uma de suas maiores riquezas a *sócio-diversidade*.⁸⁷

O Estado do Acre é o menos populoso do Brasil e mais da metade de sua população (66%) vive concentrada na capital Rio Branco. A população acreana reúne pessoas do Nordeste e sul do país, além de indígenas e ribeirinhos, motivo pelo qual desde a sua criação formal a base da economia do Acre tem sido a extração das reservas das florestas, tais como a borracha, a castanha do Brasil e a madeira.⁸⁸

Parte da Amazônia Boliviana é formada pelo Departamento de Pando. Com aproximadamente 64 km² e uma população de 52.500 habitantes, tem, assim como o Acre e Madre de Dios, sua base econômica firmada na floresta.⁸⁹

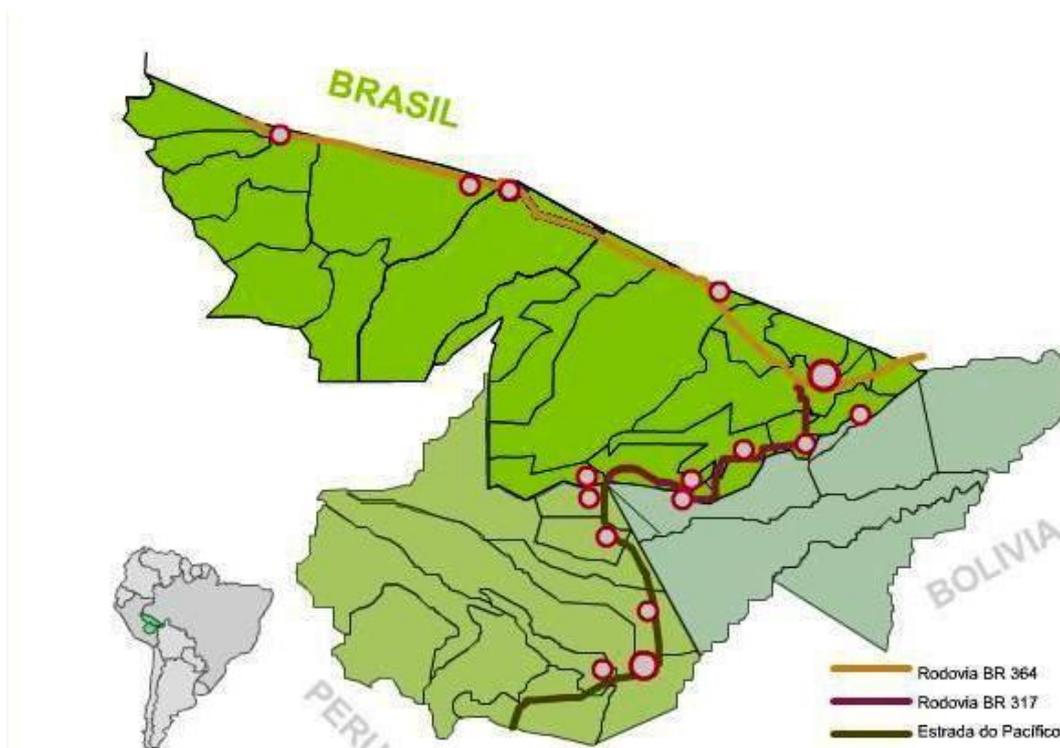
Na capital do departamento de Pando, está concentrada 40% da população e, a partir da descentralização administrativa, Cobija tem crescido rapidamente e aumentado o seu índice de pobreza.⁹⁰

⁸⁷BECKER, Beatriz. *Um desafio brasileiro na Amazônia*. Disponível em <<http://www.ambientebrasil.com.br>> Acesso em: 31 de mar. 2008.

⁸⁸ GOVERNO DO ACRE. Disponível em <<http://www.ac.gov.br>>. Acesso em 13 de dez. de 2007.

⁸⁹ BROWN, Irving Foster. Disponível em <<http://.map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

⁹⁰ OoESTEN, Cora van ¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas Interfronteirizas en El Sudoeste de La Amazonía. Disponível em <<http://www.map-amazonia.net>>. Acesso em: 10 de jul.2007.



Esta zona tem sido cenário de muitas reações sociais sobre como enfrentar os desafios que implicam nesta interconexão. Por causa disso, surge um fenômeno interessante, orientado a resolver os problemas de desenvolvimento regional da Amazônia Sul Ocidental, chamado Iniciativa MAP.

2.2 Iniciativa MAP: origem e organização

O embrião da Iniciativa MAP foi um projeto de pesquisa internacional denominado Experimento de Larga Escala na Biosfera Atmosfera na Amazônia (LBA). Esse projeto, financiado pelos Estados Unidos e União Européia, com sede na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, tem como objetivo produzir conhecimento para entender a climatologia, ecologia, bioquímica e biologia existentes na Amazônia e o sistema terrestre.⁹¹ As pesquisas realizadas pelo LBA indicaram a necessidade de se estabelecer uma maior cooperação transfronteiriças das realidades compartilhadas na Amazônia Brasileira.

⁹¹ Disponível em <<http://lba.cptec.inpe.br/lba/lbadis/cd/lba.htm>>

Assim, foi com esta visão que diversas universidades e instituições de pesquisa da região amazônica, além do CNPq e MCT, se reuniram em junho de 1999, na cidade de Rio Branco, Estado do Acre, para discutirem a formação de um programa de mudanças globais relacionadas ao uso da terra na Amazônia Sul Ocidental. O encontro resultou na *Declaração de Rio Branco sobre Mudanças Globais*. Uma das recomendações da declaração foi a de melhorar a colaboração entre pessoas e instituições dos três países – Brasil, Bolívia e Perú.⁹²

A denominação MAP surgiu posteriormente a este encontro, quando pesquisadores e professores, organizados pelo Setor de Estudos do Uso da Terra e Mudanças Globais (SETEM), do Parque Zoológico da Universidade Federal do Acre, se reuniram entre os dias 6 a 8 de dezembro de 2000, no campus da Universidade Federal do Acre para discutirem o tema: *Indicadores de Mudanças na Cobertura e no Uso da Terra na Região Acreana*. Durante o encontro os pesquisadores, representantes das instituições de Madre de Dios (Perú), Acre (Brasil) e Pando (Bolívia), baseados nas primeiras letras dos nomes dos 3 Departamentos/Estados, decidiram denominar a região de fronteira e de integração como Região MAP.⁹³ O evento, intitulado MAP I, que contou com a participação de 25 pessoas, outros encontros foram organizados com a intenção de se colocar em discussão os problemas existentes na região fronteira e como se daria o desenvolvimento sustentável do local.⁹⁴

O MAP II, realizado em Puerto Maldonado (Perú), no ano de 2001, teve como tema *Construindo uma História de Cooperação para o Desenvolvimento Regional*, reuniu 70 pessoas.⁹⁵

O MAP III, que ocorreu no ano seguinte, em 2002, na cidade de Cobija (Bolívia) conseguiu atrair 160 pessoas de 53 instituições. A temática discutida foi o *Desenvolvimento Sustentável na Região MAP* e o encontro resultou na Carta de Cobija – documento que trouxe 20 propostas trinacionais para direcionar as ações

⁹² BROWN, Irving Foster Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

⁹³ BROWN, Irving Foster Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

⁹⁴ BROWN, Irving Foster Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

⁹⁵ BROWN, Irving Foster Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

futuras, fundadas no desenvolvimento sustentável. Entre as recomendações merecem destaques a de estabelecer convênios de livre trânsito de pessoas, bens e serviços no âmbito da Região MAP; trocar informações sobre tecnologias produtivas e de melhoramento da qualidade de vida, amigável com a natureza, e promover a integração e difusão, via internet, da volumosa base de dados existentes sobre a diversidade biológica, uso da terra, gestão dos recursos naturais e o meio ambiente, e a sociodemografia da Região MAP; priorizar o plano trinacional de manejo integral da bacia do Rio Acre, como ponto de partida para a proteção das outras bacias hidrográficas, cursos e corpos d'água da Região MAP; fortalecer, ou estabelecer, políticas de Estado que permitam uma maior participação dos atores sociais na tomada de decisões para a gestão de seu território e recursos naturais.⁹⁶

O MAP IV, comparado aos eventos que o antecederam, representou um avanço considerável em termos de números de participantes. Foram 600 pessoas de nove países, representando 164 instituições, que se juntaram nas cidades gêmeas de Brasília e Epitaciolândia (Brasil), no ano de 2003, para debater o tema *Construindo uma História de Cooperação para o Desenvolvimento Regional*. Além disso, tomando como referência as vinte recomendações da *Carta de Cobija* de 2002, foi realizado um balanço dos avanços e retrocessos no processo de construção do desenvolvimento sustentável da região MAP. Como recomendações do IV Encontro Trinacional devem receber destaque o de garantir o direito de informação e participação das comunidades tradicionais nos processos de tomada de decisões governamentais; estabelecer uma rede comum de observações hidrometeorológicas na Região MAP para subsidiar a gestão regional de recursos hídricos; participar da avaliação dos impactos sociais e ambientais dos novos empreendimentos propostos pelas instituições de fomento na Região MAP, como o complexo de usinas hidrelétricas do Rio Madeira, asfaltamento das estradas Iñapari-Puente Inambari e Guayaramerin-Yucumo e, se aprovadas, fiscalizar a implementação de ações mitigadoras dos impactos sociais e ambientais adversos.;

⁹⁶ Carta de Cobija – MAP III. Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

estimular o maior envolvimento das organizações de base nos processos de integração do MAP.⁹⁷

O MAP V, com a questão *Educação sem fronteiras a Serviço da Integração e do Desenvolvimento Sustentável da Região MAP*, em 2004 foi sediado em Puerto Maldonado e contou com a participação de 1.200 pessoas representando cerca de 227 instituições. Nesta oportunidade foram apresentadas 99 conferências, sendo que 21 em conservação ambiental, 26 em desenvolvimento econômico, 26 em equidade social, 24 em políticas públicas e 12 na abertura e nas palestras magistrais. Como recomendações do MAP V merecem destaques a de construir uma visão compartilhada de desenvolvimento para a Região MAP, envolvendo todos os atores políticos, sociais e econômicos, entendendo que este é um processo de longo prazo; dinamizar a proposta de redes educativas na Região MAP, com apoio das universidades, governos locais e sociedade civil; estabelecer convênios para o fortalecimento de pesquisas universitárias e intercâmbios, mediante bolsas e estágios; realizar um intercâmbio trifronteiriço de informações epidemiológica na Região MAP; fortalecer a relação entre áreas protegidas e ordenamentos territorial, a fim de promover governabilidade ambiental e social; superar a inadequação das leis para acelerar os processos de cooperação e integração no campo econômico, social e cultural, liberdade de trânsito e de trabalho das pessoas na Região MAP; promover maior participação dos governos locais de cada país nas atividades que dizem respeito ao MAP.⁹⁸

Com um lapso temporal de mais de um ano, o MAP VI foi organizado no ano de 2006 na cidade de Cobija (Bolívia), congregando mais de 600 participantes que representaram 167 instituições, entre elas universidades, movimentos sociais, instituições governamentais e não-governamentais. As discussões se deram em torno da temática *Fortalecendo as Raízes de um Futuro Comum*. Neste encontro foi estabelecido um plano de ação para a gestão trinacional da bacia do Rio Acre,

⁹⁷ Carta de Brasília e Epitaciolândia – MAP IV. Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

⁹⁸ Declaração de Puerto Maldonado – MAP V. Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

uma inovação no processo de desenvolvimento sustentável, haja vista que foram estabelecidas implementações imediatas, de médio e longo prazo.⁹⁹

Por último, no ano de 2007 sob o tema *Mudanças Globais, Soluções Regionais* foi realizado o MAP VII na cidade de Brasília.¹⁰⁰

2.3 Aspectos organizacionais dos Fóruns anuais do MAP

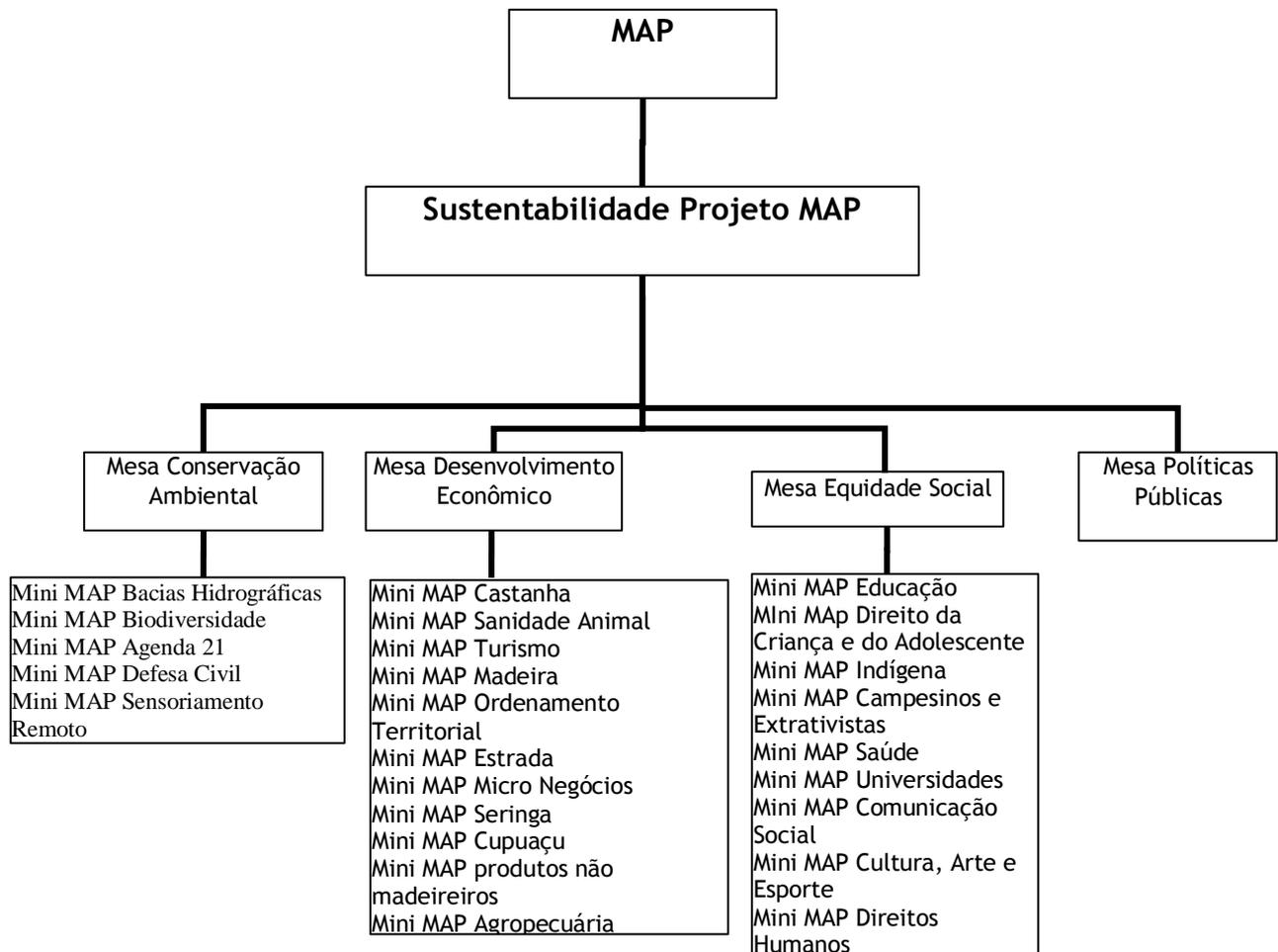
A iniciativa MAP é baseada em três documentos de âmbito mundial, a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento* (ECO-92) e a *Carta da Terra*, além de observar e dar cumprimento as *Constituições* dos países envolvidos.¹⁰¹ Os trabalhos são desenvolvidos em reuniões anuais, realizadas de forma alternada entre os três países membros (Peru, Brasil e Bolívia). Tais reuniões, Fórum MAP, como são chamadas, seguindo as orientações da ECO-92, se organizam em torno de quatro mesas temáticas: equidade social, desenvolvimento econômico, conservação ambiental e políticas públicas, além de exposições científicas e de investigação dentro da região. O resultado de cada Fórum é a redação de uma carta contendo recomendações trinacionais.

Os subsídios que fomentam as atividades em cada Fórum MAP são fornecidos pelos MiniMAPs, unidade básica sobre a qual se organiza a iniciativa MAP, visto que todas às discussões e articulações travadas entre governos, instituições e outros movimentos sociais, são travados nos MiniMAPs, que estão ligados as suas respectivas mesas temáticas e, posteriormente, são apresentados no Fórum anual. Diante dessa dinâmica, observa-se que o centro de produção de discussões e propostas dos problemas comuns à região MAP têm o seu nascedouro nas unidades dos MiniMAPs.

⁹⁹ Declaração de Cobija – MAP VI .Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

¹⁰⁰ Documento Final do Fórum MAP VII .Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

¹⁰¹ CHÁVES, Abidon Ramiro Céspedes et al. **Pensado La Amazônia desde Pando: El MAP, uma Iniciativa Trinacional de Desarrollo**. La Paz: Fundación PIEB, 2005.



Cada MiniMAP é gerenciado por um coordenador e vice-coordenador em cada um dos países envolvidos (Perú, Brasil e Bolívia) e a partir de comunicações via *e-mail* as pessoas ou instituições vão contribuindo com idéias, ações e propostas relacionadas ao desenvolvimento sustentável, até chegarem à reunião de um MiniMAP. Alguns MiniMAPs foram, criados na origem da Iniciativa que inicialmente tinha como foco de preocupação o meio ambiente. Outros foram criados nos anos seguintes e outros recentemente, como é o caso do MiniMAP Direitos Humanos, criado no segundo semestre de 2006.

2.4 Das Mesas Temáticas e o trabalho dos MiniMAPS

Como já mencionado neste trabalho, a Iniciativa MAP não é um setor do poder público, nem uma organização não governamental, nem instituição privada. Mas trata-se de um grupo de pessoas peruanas, brasileiras e bolivianas reunidas e interessadas em gerar situações que levem a evitar problemas ou minimizar e extinguir os problemas já existentes nessa região.

Com temáticas específicas, para discutirem questões sociais de relevo, os pesquisadores e representantes da Iniciativa MAP se organizam em torno das Mesas Temáticas¹⁰².

Um das Mesas Temáticas é a de Conservação Ambiental, sob a qual estão, por exemplo, o MiniMAP Bacias Hidrográficas, que objetiva promover um programa de gestão integrada e participativa na Bacia do Rio Acre, estimulando a criação do Comitê Trinacional dos Municípios de Fronteira da Região MAP e suas respectivas câmaras técnicas, como modelo de gestão de bacias transfronteiriças para a Amazônia Sul Ocidental; e o MiniMAP Biodiversidade, que tem como missão conhecer e desenvolver usos sustentáveis da biodiversidade da Região com a finalidade de conservá-la para as gerações futuras; além disso visa integrar todas as instituições que trabalham com a biodiversidade.

Outra Mesa Temática é a de Desenvolvimento Econômico, que envolve, por exemplo, o MiniMAP Cupuaçu, o qual objetiva elaborar publicidade para promover a fruta e os seus produtos derivados, inicialmente, no mercado de consumo brasileiro, fortalecendo os produtores e valorizando os sistemas agroflorestais da Região; o MiniMAP Estradas, que tem a estrada como oportunidade de integração, objetiva promover a integração solidária e voluntária para resolver problemas comuns na Região gerados pela precária infraestrutura viária, e potencializar as oportunidades para o desenvolvimento sustentável; e o

¹⁰² As informações que serão apresentadas sobre as Mesas Temáticas e MiniMAPs foram extraídas da página oficial da internet pertencente a Iniciativa MAP (www.map-amazonia.net) e adaptadas para a construção deste tópico.

MiniMAP Madeira, que visa uma Região Amazônica com produção florestal, integral e sustentável, partindo de seu potencial madeireiro, não madeireiro e de serviços ambientais em benefício eqüitativo da população. Outro MiniMAP bastante avançado na Região é o de Planificação regional e Ordenamento Territorial na Região MAP e propor um ordenamento territorial integrado para as sociedades regionais.

A terceira Mesa Temática é a Equidade Social onde o MiniMAP Campesinos e Extrativistas encontra-se inserido, tendo como missão o fortalecimento da produção familiar sustentável por meio da integração do processo MAP, tendo as estradas como veículo de sustentabilidade da produção e fixação do homem no campo; o MiniMAP Direitos Humanos, que objetiva promover os direitos humanos e denunciar a sua violação na Região MAP, dando seguimento para os dois casos; o MiniMAP Educação, que tem como missão fortalecer a qualidade educativa da Região, mediante a diversificação curricular, intercâmbio de experiências com docentes, alunos e pais, levando em conta o diagnóstico situacional atualizado dos três países; e o MiniMAP Saúde, o qual objetiva construir uma vigilância transnacional a partir de um sistema de informações epidemiológica trinacional e preparação das instituições de saúde e população para o enfrentamento das mudanças no perfil epidemiológico decorrente do desenvolvimento da região, contudo sem ferir a soberania de cada país.

A quarta Mesa Temática é a de Política Pública, que é um tema transversal aos demais temas já mencionados.

Importante ressaltar que, vários são os resultados atingidos por estas unidades básicas que já foram apresentados nos diversos fóruns anuais. Dentre estes, pode-se destacar o MiniMAP Universidades que promovendo ações para o fortalecimento do ensino, pesquisa e extensão nas universidades da Amazônia Ocidental, foi, em fevereiro de 2006, responsável pela assinatura de um Acordo de Cooperação entre a Universidade Federal do Acre e outras sete universidades peruanas. Essas instituições pretendem contribuir para a integração científica e tecnológica da Amazônia Ocidental.

Além desse, outro acordo de cooperação foi assinado pela Universidade Nacional Amazônica de Madre de Dios (UNAMAD-PE), Universidade Federal do Acre (UFAC) e Universidade Amazônica de Pando (UAP-BO) na intenção de fortalecer os Mestrados da Universidade Federal do Acre e criar um curso de Doutorado trinacional.

Outras conquistas já foram alcançadas pela iniciativa MAP, tais como a eliminação do passaporte para circulação das pessoas dos três países, a construção de cenários de ações preventivas da estrada *interoceânica* e, principalmente, a tomada de consciência na participação dos atores locais e das instituições interessadas em desenvolver ações para o desenvolvimento sustentável da região.

2.5 A contribuição de forças trinacionais

Os trabalhos realizados pelos MiniMAPs contam com participações de diversas instituições, governo e representantes da população em geral dos três países envolvidos (Perú, Brasil e Bolívia).¹⁰³

Do lado peruano a força vem de instituições como a Asociación para La Niñez y su Ambiente (ANIA), Instituto de Investigaciones de La Amazonía Peruana (IIAP), Pro Naturaleza, Proyecto Especial Madre de Dios / Instituto Nacional de Desarrollo (PEMD/INADE), Serviço Nacional de Sanidad Agrária (SENASA), Universidad nacional Amazônica de Madre de Dios (UNAMAD), Universidad Nacional San Antonio Abad Del Cusco (UNSAAC).

Entre as instituições brasileiras estão Amazonlink, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), Parque Zoobotânico /

¹⁰³ As informações que serão apresentadas sobre as Instituições colaborados foram extraídas da página oficial da internet pertencente a Iniciativa MAP (www.map-amazonia.net) e adaptadas para a construção deste tópico.

Universidade Federal do Acre (PZ/UFAC), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Estado do Acre (SEPI), SOS Amazônia, Universidade Federal do Acre (UFAC), Conselho nacional dos Seringueiros (CNS), Consórcio de Desenvolvimento Intermunicipal do Alto Acre e Capixaba (CONDIAC), Conselho de Desenvolvimento Sustentável do Território do Alto Acre e Capixaba (CTAC), Prefeituras de Assis Brasil, Brasiléia, Epitaciolândia, Xapuri, Capixaba e Rio Branco, Secretaria de Meio Ambiente de Rio Branco, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Epitaciolândia, Secretaria de Floresta do Governo do Estado do Acre, Secretaria de Meio Ambiente do Acre (SEMA), Instituto Nacional de Recursos Renováveis e Meio Ambiente – Acre (IBAMA), Secretaria de Assistência Técnica e Produção familiar (SEAPROF), entre outras.

As instituições bolivianas são, entre outras, Asociación La Municipalidade de Pando (AMDEPANDO), Interdisciplinaria para El Desarrollo Sostenible (Herencia), Universidad Amazónica de Pando (UAP), Dirección de Medio Ambiente y Desarrollo Sostenible de La Prefectura de Pando, Federación de Campesinos de Pando, Federación de Mujeres Indígenas de Pando.

Dentre as instituições, algumas se direcionam para pesquisa, outras, por exemplo, para administração pública, para sustentabilidade da população. O professor e pesquisador Milton Francisco afirma que as instituições no geral

voltam-se para áreas específicas do conhecimento e vinculam-se a aspectos específicos da comunidade, sem, contudo, trabalharem isoladamente. Pelo contrário, as atividades sempre que possível e necessário envolvem instituições distintas na busca do sucesso dos resultados, sobretudo quando há aplicação e intervenção nas comunidades.¹⁰⁴

Portanto, o que torna a Iniciativa MAP uma experiência de representação na Amazônia Sul Ocidental é, justamente, a soma de especificidade de cada instituição envolvida no processo de garantia do desenvolvimento da região trifronteiriça.

¹⁰⁴ FRANCISCO, Milton. *Iniciativa MAP: Por uma política regional na Amazônia Sul-ocidental*: Um olhar sobre a educação. Disponível em: < www.map-amazonia.net >. Acesso em: 25 de jan. 2008.

2.6 Princípios assumidos pela Iniciativa MAP

A Iniciativa MAP buscou em documentos internacionais, os quais Brasil, Peru e Bolívia são signatários, os seus dois princípios básicos: *participação e informação*. Um desses documentos é a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*¹⁰⁵, a qual prescreve no artigo XXVII que

Todo ser humano tem direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de fruir das artes e de participar do progresso científico e de seus benefícios.

Outro documento internacional que fortalece os princípios assumidos pelos profissionais e pessoas em geral envolvidos na Iniciativa MAP, é a *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92)*¹⁰⁶, que, no princípio 10, orienta que

A melhor maneira de tratar as questões ambientais é assegurar a participação, no nível apropriado, de todos os cidadãos interessados. No nível nacional, cada indivíduo terá acesso adequado às informações relativas ao meio ambiente de que dispõem as autoridades públicas, inclusive informações acerca de materiais e atividades perigosas em suas comunidades, bem como a oportunidade de participar dos processos decisórios. Os Estados irão facilitar e estimular a conscientização e a participação popular, colocando as informações à disposição de todos. Será proporcionado o acesso efetivo a mecanismos judiciais e administrativos, inclusive no que se refere à compensação e reparação de danos.

Somado a esses documentos tem-se a *Carta da Terra*¹⁰⁷ que é uma declaração de princípios fundamentais para a construção de uma sociedade global no Século XXI, que seja justa, sustentável e pacífica. Dessa forma o princípio 8, alínea C assegura

Garantir que informações de vital importância para a saúde humana e para a proteção ambiental, incluindo informação genética, estejam disponíveis ao domínio público.

¹⁰⁵ Cópia integral da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* encontra-se nos anexos deste trabalho.

¹⁰⁶ Cópia integral da *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e de Desenvolvimento* encontra-se nos anexos deste trabalho.

¹⁰⁷ Cópia integral da *Carta da Terra* encontra-se nos anexos deste trabalho.

O Comitê Científico da Iniciativa MAP publicou em 2005 os *Princípios éticos para geração, disseminação e aplicação de conhecimentos na Amazônia Sul Ocidental*¹⁰⁸ em que se propõem cinco metas prioritárias para a aplicação do conhecimento na Região MAP. A criação desse texto baseia-se nos documentos internacionais já citados como também na Conversão da Biodiversidade, na Agenda para Ação da Conferência Mundial de Ciência, no Programa Internacional de Direitos Humanos, na Declaração das Nações Unidas para o Milênio (DNUM) e no Plano de Implementação de Johannesburgo (PIJ), dos quais Brasil, Peru e Bolívia são signatários.

Os *Princípios Éticos* apontam dois direitos básicos relativos à disseminação de conhecimentos. Trata-se do direito de ter acesso a informações relevantes para o desenvolvimento sustentável e o direito de participar de decisões coletivas.

Para corresponder a esses princípios a Iniciativa MAP tem sido um espaço aberto de discussão, encaminhamentos e soluções de interesse de toda a comunidade, com voz da população, em especial de representantes dos índios, dos castanheiros, dos trabalhadores rurais, dos ribeirinhos, dos seringueiros, dos comerciantes, dos trabalhadores urbanos, entre outros atores sociais. Utilizando da sua página na internet para disponibilizar conhecimento e informações relacionados aos encontros, pesquisas e notícias de interesse da Região.

¹⁰⁸ Cópia integral da *Princípios éticos para geração, disseminação e aplicação de conhecimentos na Amazônia Sul Ocidental* encontra-se nos anexos deste trabalho.

CAPÍTULO III

INICIATIVA MAP COMO PARADIGMA TRANSFRONTEIRIÇO

3.1 A problemática conceitual de paradigma

A visão clássica da sociedade internacional tem sido gradualmente alterada pelas constantes transformações que o mundo passa. Com isso, a figura do detentor de poder supremo de um território vai desaparecendo à medida que fenômeno da globalização e a revolução tecnológica, com caráter predominantemente transnacional, forçam o aparecimento de um novo paradigma de organização da humanidade, a sociedade global. Com isso, o conjunto das relações internacionais também vem passando por significativas mudanças.

Os paradigmas, apesar de se constituírem em tema polêmico nos estudos das Relações Internacionais, é assunto de espaço nos debates da disciplina e que contemporaneamente vem apresentando tendências em torno da construção de um novo paradigma mais democrático, humanista, voltado a arte de viver para a paz no mundo.¹⁰⁹

A obra de Thomas S. Kuhn, *A estrutura das revoluções científicas* de 1962 é o texto que trouxe à tona o uso do conceito de paradigma nos anos de 1970/80, aplicado à história do fazer científico. O estudo de Thomas S. Kuhn sobre a conceituação de paradigma apresentou uma multiplicidade de significados ao termo, fazendo com o que o próprio autor reconhecesse anos depois (1969) aspectos de sua formulação inicial que foram responsáveis pelas dificuldades e

¹⁰⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de; Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 33.

mal-entendidos com a utilização do termo em pelo menos vinte e duas formas diferentes.¹¹⁰

Inicialmente Thomas S. Kuhn introduz em seu trabalho a noção de paradigmas compartilhados, ao invés das noções de regras, pressupostos e pontos de vistas compartilhados, pois para o autor as regras derivam de paradigmas, mas os paradigmas podem dirigir a pesquisa mesmo na ausência de regras. Isso faz com que a ciência normal seja uma atividade altamente determinada, mas sem ser inteiramente determinada por regras.¹¹¹

Neste contexto, Thomas S. Kuhn afirma que

Apesar das ambigüidades ocasionais, os paradigmas de uma comunidade científica amadurecida podem ser determinados com relativa facilidade. Contudo, a determinação de paradigmas compartilhados não coincide com a determinação das regras comuns ao grupo.¹¹²

Assim, enquanto os paradigmas encontram-se seguros, estes podem funcionar sem que haja necessidade de um acordo sobre as razões de seu emprego ou até mesmo sem qualquer tentativa de racionalização. Apresentando-se os paradigmas como prioritários, quando comparados as regras e pressupostos compartilhados por um grupo científico.¹¹³

Contudo, adverte o autor que nem todas as teorias são teorias paradigmáticas. Isso porque, durante as crises que conduzem em mudanças de paradigma, os cientistas costumam desenvolver muitas teorias especulativas e desarticuladas, mas com capacidade de indicarem os caminhos de novas descobertas.¹¹⁴

¹¹⁰ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 219/228.

¹¹¹ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 66.

¹¹² KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 67/68.

¹¹³ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 74.

¹¹⁴ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 88.

Neste sentido, o autor assevera que a

Transição de um paradigma em crise para um novo, do qual pode surgir uma nova tradição de ciência normal, está longe de ser um processo cumulativo obtido através de uma articulação do velho paradigma. É antes uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos de seus métodos e aplicações. Durante o período de transição haverá uma grande coincidência (embora nunca completa) entre os problemas que podem ser resolvidos pelo antigo paradigma e os que podem ser resolvidos pelo novo.¹¹⁵

Thomas S. Kuhn, entende que a transição para um novo paradigma se constitui numa revolução científica. Momento que a revolução científica é considerada como sendo os episódios de desenvolvimento não-cumulativo, nos quais um paradigma mais antigo é total ou parcialmente substituído por um novo, incompatível com o anterior. Dessa forma, a mudança do mundo ocorre com a mudança dos paradigmas.¹¹⁶

Na segunda fase do desenvolvimento do seu pensamento, Thomas S. Kuhn, em 1969, revendo algumas de suas posições sobre a conceituação dos paradigmas e assim se posiciona:

Percebe-se rapidamente que na maior parte do livro o termo “paradigma” é usado em dois sentidos diferentes. De um lado, indica toda a constelação de crenças, valores, técnicas etc., partilhadas pelos membros de uma comunidade determinada. De outro, denota um tipo de elemento dessa constelação: as soluções concretas de quebra-cabeças, que empregadas como modelos ou exemplos, podem substituir regras explícitas como base para a solução dos restantes quebra cabeças da ciência normal.¹¹⁷

Contudo, esta nova versão kuhniana não conseguiu desfazer ou diminuir as confusões e contradições formadas a partir do conceito definido pelo autor. Pelo contrário, por se tratar de mais uma versão generalista na abordagem conceitual surgiram novas dificuldades teóricas e práticas. Isso decorre do fato de que

¹¹⁵ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 116.

¹¹⁶ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 122/125.

¹¹⁷ KUHN, Thomas S. *A estrutura das revoluções científicas*; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 220.

Thomas S. Kuhn, apresentou ao conceito duas funções: uma disciplinadora – *matriz de orientação*; outra, como exemplificativa – *ilustração sem precedentes*.¹¹⁸

Karl Hosti, citado por Odete Maria de Oliveira, conclui que a especificidade de um paradigma encontra-se quando este impõe ordem e coerência em dados que, por si só, representam nenhum significado. Servindo o paradigma como mapa mental do teórico que serve de guia é pesquisa e oferece uma imagem do mundo.¹¹⁹

Odete Maria de Oliveira assevera que parte de toda confusão travada em torno do conceito de paradigma é derivada da falta de sua definição. Diante disso, a autora, orientada pelo pensamento de Braillard, conclui dizendo que

Em suma um paradigma apresenta, em seu bojo, um conjunto ordenado de proposições ou generalizações que permitem compreender e explicar um determinado número de fenômenos, enquanto que uma teoria, ao apresentar-se parcial – restrita – poderá circundar, por exemplo, um quadro conceitual que tanto possa permitir a formulação de proposta científica como também organizar sua investigação, buscando, dessa forma, interpretar os fenômenos estudados pelo uso rigoroso de métodos e de modo sistemático.¹²⁰

Assim, os paradigmas não podem apenas serem compreendidos como um marco, parâmetro ou mera e simples metodologia, pois constituídos de conteúdo, propõe afirmações sobre a realidade do mundo e da vida¹²¹.

¹¹⁸ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 36.

¹¹⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 37.

¹²⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 38.

¹²¹ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 43.

3.2 Importância e evolução histórica dos paradigmas nas Relações Internacionais

A disciplina das Relações Internacionais teve sua institucionalização apenas no ano de 1919, junto à Universidade de Gales, logo após o término da primeira Guerra Mundial. Por este motivo, do ponto de vista acadêmico, é relativamente nova no contexto da história do mundo. Todavia, a ciência das Relações Internacionais, tem suas raízes em tempos mais longínquos, período onde se travaram os primeiros relacionamentos entre os homens e suas comunidades.¹²² Assim, com a evolução do homem, em todos os seus aspectos, forçou o surgimento de relações entre as diversas civilizações que se seguiram até o século XIII.

Como ciência estes relacionamentos representaram efetiva evolução no âmbito das Relações Internacionais, mas possuíam natureza meramente circunstancial, não dando margem ao desenvolvimento das Relações Internacionais de uma forma sistemática.

No período da Idade Média, com o aparecimento do Estado-Nação, um “destacado desenvolvimento projetou-se entre as sociedades, aproximando seus povos”.¹²³ Daí, o fortalecimento do Estado importou em uma maior interação entre os indivíduos e suas respectivas sociedades, dando ênfase às Relações Internacionais, que passam a ser mais cotidianas, complexas e definidas. Sendo que entre os Séculos XVI e XIX, os principais Estados Europeus se lançaram na aventura de conquista do mundo.¹²⁴

No curso das Revoluções Industriais emergiram outros Estados, como os Estados Unidos da América e o Japão. Com isso, foi provocada uma intensa

¹²² OLIVEIRA, Odete Maria de; Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 54.

¹²³ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações Internacionais: Estudos de Introdução*. Curitiba: Juruá, 2001, p. 28.

¹²⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os primeiros anos do Século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 18.

manifestação das Relações Internacionais, que assumiram gradativamente uma importância maior no cenário mundial.¹²⁵

Entretanto, é a partir do século XX que as Relações Internacionais ganham espaço de forma definitiva dentro do contexto mundial, principalmente após o término da Segunda Grande Guerra. Com a nova ordem mundial que se formou desde então, surgiram Organismos Internacionais, os quais proporcionaram e impuseram um estreitamento das relações entre os Estados membros, através de uma mundialização das relações, sobretudo do ponto de vista diplomático e comercial.

Ao lado disso, tem-se o processo de descolonização, que deu origem a outros países que passaram a fazer parte do contexto internacional, fator que contribuiu para a consolidação das Relações Internacionais como disciplina.

A Guerra Fria, fruto do pós guerra, dificultou em muito as Relações Internacionais entre os países pertencentes ao Socialismo e Capitalismo. Somente com a queda do Muro de Berlim e o desmembramento da União Soviética, que culminou com a abertura e desmembramento do Leste Europeu, sucedeu-se a uma virada na ordem mundial. A partir daí, com a afirmação do capitalismo e a mundialização das relações, as perspectivas passaram a ser vistas sob um prisma ainda mais global, o que impulsionou o estudo teórico das Relações Internacionais.¹²⁶

Dessa forma, é possível dizer que as “Relações Internacionais podem ser entendidas, em sua vertente acadêmica, como o estudo sistemático da ordem mundial, isto é, das relações entre os Estados e atores relevantes do sistema internacional, assim como das transformações desse sistema ao longo do tempo.”

127

¹²⁵ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os primeiros anos do Século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 19.

¹²⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os primeiros anos do Século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 19.

¹²⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os primeiros anos do Século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 17.

Apesar de adquirir *status* próprio de disciplina, somente a partir de 1919,¹²⁸ os fundamentos teóricos dos paradigmas, como métodos de interpretação dos fenômenos das Relações Internacionais tem suas raízes em tempos mais remotos. E Maria Odete de Oliveira explica porque os autores das Relações Internacionais travaram inúmeras e acirradas discussões sobre os paradigmas quando diz,

Em princípio a própria mudança dinâmica das Relações Internacionais que, em sua evolução, ia motivando transformações. Por outro lado, o surgimento de novos atores, com os seus mais diversificados protagonismos, iam alterando o contexto teórico da disciplina. Enfim, o cenário histórico contemporâneo, em sua inusitada trajetória, após a Segunda Guerra Mundial, passou a influenciar e a inspirar a construção de paradigmas em diferentes dimensões e em novas abrangências.¹²⁹

A doutrina, através de sua evolução, apresentou diferentes modelos de paradigmas interpretativos¹³⁰ das Relações Internacionais, sendo que os três modelos básicos são: paradigma tradicionalista, estruturalista e pluralista. Sendo que esses modelos foram redesenhados e suas novas denominações e vertentes passaram a compreender o paradigma tradicionalista como o do realismo político. O paradigma estruturalista como a paradigma da dependência e o neomarxismo e, por último, o paradigma pluralista com segmentos da interdependência, da sociedade global e transnacionalista.¹³¹

Contudo, outros autores distinguem em quatro categorias, quais sejam: idealismo, realismo, dependentismo e interdependentismo.

¹²⁸ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 54.

¹²⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 54.

¹³⁰ Maria Odete de Oliveira ensina que os paradigmas interpretativos consistem nos modelos indicativos de interpretação dos distintos fluxos de interesse entre os Estados. Em outras palavras, os paradigmas interpretativos das Relações Internacionais são modelos de interpretação que variam conforme a carga axiológica que carregam. É o modo pelo qual o cientista visualiza, analisa e compreende a ordem mundial, direcionado pelos valores que o modelo de interpretação utilizado delimita.

¹³¹ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 46.

3.2.1 Paradigma Tradicionalista

Este paradigma surge a partir da Segunda Guerra Mundial e suas origens são encontradas na obra de Nicolau Maquiavel, denominada O Príncipe (1532), e na obra de Thomas Hobbes, denominada O Leviatã (1615). Contudo, para uma perfeita compreensão deste paradigma, necessário que sua abordagem seja feita dentro de três etapas distintas de sua evolução histórica.

A primeira etapa é representada pela sua gênese e antecedentes, sejam eles ou mais antigos ou mais próximos, haja vista que esse paradigma, como já dito anteriormente, alcança seu esplendor na Idade Moderna, mas tem raízes em pensamentos mais remotos que partiram de Mêncio, do índio Kaultilya, ainda no século IV antes de Cristo e Tucídides¹³², com a obra A Guerra do Peloponeso, que retratava o conflito entre Esparta e Atenas, nos anos de 431 a 404 antes de Cristo e que ainda permanecem como verdades para os problemas e conflitos da política internacional atual.¹³³

A tradição *hobbesiana*, configura, justamente, as relações de conflito entre os Estados, ou seja, o estado de guerra de todos contra todos. Isso porque, os interesses de um determinado Estado excluem os interesses de outro. Marcando, dessa forma, a situação de conflito, onde a paz é o mero período de recuperação entre as guerras.¹³⁴

Em sentido oposto a Hobbes, a tradição *kantiana*, visa à situação de cooperação, pois para Kant as relações internacionais são definidas a partir de elos sociais transnacionais, que unem indivíduos do mundo, não importando a sua

¹³² Moreira, citado por Odete Maria de Oliveira, inspira a compreensão de que Tucídides foi quem estabeleceu os primeiros aportes teóricos do estado de natureza, do imperialismo, das relações entre cidades interdependentes e da própria função da guerra. OLIVEIRA, O. M. DE. Op. Cit.p.50.

¹³³ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 49/50. .

¹³⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 52.

nacionalidade. Contudo, o Estado, nesta tradição, perde relevância em favor dos indivíduos, pois os interesses dos homens são vistos como idênticos.¹³⁵

A tradição *Grocioniana*, ocupada com relações comerciais, econômicas e sociais entre os Estados apresenta um viés de uma sociedade de Estados. Assim, o Estado deve estar sempre disposto a defender sua sociedade. Dessa forma, como expressa Maria Odete de Oliveira,

O *grocionismo* nega a anarquia *hobessiana* e a vontade cosmopolita do *kantismo*, apresentando o equilíbrio do mundo por meio da ordem. Essas três tradições podem ser caracterizadas pelas seguintes noções fundantes: anarquia (Hobbes), cosmopolitismo (Kant) e ordem (Grócio).¹³⁶

Encerrada a primeira fase do paradigma tradicional, apenas no século XX se dará início a segunda etapa que ficou conhecida como modelo da política do poder ou realismo político. Considerando que na década anterior predominou o modelo do idealismo, pode ser afirmado que seu início ocorreu nos anos 30, alicerçado nas teorias políticas de poder de Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes.

Nesta teoria o Estado é força bruta que através de sua soberania absoluta deve manter a ordem em nível interno. Assim, a sociedade internacional, seria apenas o espaço de conflito e opressão por reinar a anarquia e, principalmente, as relações de interesses. Com isso, os conflitos entre os Estados seriam na maioria das vezes resolvidos pela guerra.¹³⁷

A teoria realista pode ser identificada por quatro características, quais sejam:

- a) concepção estatocêntrica das relações internacionais;
- b) a busca pelo poder e o emprego da força;
- c) emprego da moral comum na política interna atrelados ao poder e segurança;

¹³⁵ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 52.

¹³⁶ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 53.

¹³⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 56/57.

- d) o sistema internacional é anárquico, imperando a dominação do mais forte e o estado de natureza.¹³⁸

O surgimento de novos paradigmas ocorre nas décadas de 60 e 70 e tem como principal objetivo a busca de respostas para os novos problemas das Relações Internacionais que não são alcançados pelo realismo. Isso porque, o Estado na leitura deste paradigma era considerado amoral e, conseqüentemente, os valores humanos não eram relevantes¹³⁹, fator que facilitava a existência de tantos conflitos na busca pelo poder e que fatalmente são vistos por outro ângulo a partir da Segunda Guerra Mundial.

Forçado pelos modelos do estruturalismo e interdependentismo, paradigmas crescentes da década de 70, nasce como terceira etapa do realismo e como alternativa para se reafirmar este paradigma, o denominado neo-realismo. Contudo, este movimento recebeu duras críticas, pois conservou quase todas as características do modelo tradicionalista, mantendo assim, o Estado como ator principal.

Nesse sentido, para Odete Maria de Oliveira

Os novos realistas simplesmente tenderam a dar continuidade às propostas dos realistas tradicionais, mesmo frente às inúmeras inovações no âmbito das relações internacionais e dos seus decorrentes problemas, das perspectivas de protagonismo dos novos atores, dos efeitos da globalização, da busca comum da cooperação dos blocos econômicos, etc.¹⁴⁰

Dessa forma, mostrando-se basicamente idêntico ao realismo tradicional, não se aprofundou em questões de tendência e se mostrou bastante obsoleto frente aos outros paradigmas que no mesmo espaço temporal, buscavam soluções aos problemas que desafiavam às Relações Internacionais.

O idealismo, como paradigma, consolidou-se na década de 20 do século XX, como já orientado em momento anterior.

¹³⁸ DI SENA JÚNIOR, Roberto. *Poder e interdependência*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p.182.

¹³⁹ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 60.

¹⁴⁰ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 80

O momento de consolidação desse paradigma ocorreu principalmente no período entre as guerras de 1919 a 1939. Com isso, os homens foram motivados a buscar alternativas para a construção de uma ordem que estivesse mais articulada e compromissada com os valores morais, normas e instituições jurídicas.¹⁴¹

Dessa forma, a estrutura organizacional almejada pelos idealistas tinha alcance mundial e estava pautada por regras éticas e jurídicas, todas constituídas através das nações civilizadas, neste momento representadas pela Sociedade das Nações. Nesta concepção, repudiavam a prática dos tratados secretos, exigiam o fim da diplomacia profissional e a relativização dos recursos à violência e abandono da política do equilíbrio de poder.¹⁴²

É com o fracasso da Liga das Nações, em 1929, que ficou demonstrado a desconfiança recíproca entre os países e se compreendeu como equívoco o fato dos idealistas terem acreditado na harmonia dos interesses, esquecendo que a política internacional é demasiadamente conflituosa.¹⁴³

3.2.2 Paradigma Pluralista

Frente ao fracasso do paradigma neo-realista em apontar novos marcos e métodos para as Relações Internacionais, pode se dizer que a década de 90 ficou registrada como o período de surgimento de novos paradigmas tendentes a contemplar questões teóricas e práticas. Dessa maneira, consagra-se o modelo pluralista, formado por várias vertentes e concepções apresentam-se como sucessor do realismo, pois se ocupa em contemplar a multiplicidade de atores, teorias e métodos.

¹⁴¹ RICOBOM, Gisele: *Aspectos da teoria da interdependência no contexto das Relações Internacionais Contemporâneas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 243.

¹⁴² BEDIN, G. A. *A sociedade internacional e o século XXI*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2001, p. 220-221.

¹⁴³ RICOBOM, Gisele. *Aspectos da teoria da interdependência no contexto das Relações Internacionais Contemporâneas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 244.

Dentre suas vertentes alternativas, encontra-se o dependentismo ou teoria da dependência, desenvolvida na América Latina no início da década de 70, tendo como seus principais expoentes Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Esta teoria faz uma análise das relações interestatais a partir do princípio da dominação, firmado pela desigualdade do desenvolvimento econômico dos países de centro e periferia.

A teoria da dependência surgiu na tentativa de explicar as novas características do desenvolvimento socioeconômico do continente Latino-americano em virtude da crise mundial ocorrida em 1929 que impactou as economias dos países em desenvolvimento.

De forma bastante contrária ao paradigma realista, o paradigma da dependência reconheceu outros atores internacionais ao lado dos Estados soberanos, tais como os Estados de fato, as organizações internacionais, as organizações não-governamentais (ONGs), os movimentos de libertação nacional, os sindicatos e também as empresas transnacionais.¹⁴⁴

Ao passo que este paradigma não se restringe a figura do Estado como o único ator, mas se debruça no estudo da análise das estruturas econômicas do processo de desenvolvimento, apresenta, ao lado disso, outra característica marcante do modelo, o pessimismo de convivência harmônica entre os Estados. Tudo por força da desigualdade entre os Estados ricos e os pobres.

Ao lado desta vertente, ainda no modelo pluralista, encontra-se o interdependentismo, voltado à cooperação entre os atores internacionais, ou seja, dependência mútua¹⁴⁵.

Considerado como o mais completo para se entender e explicar o modo como operam e se processam os acontecimentos internacionais, a

¹⁴⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Paradigma da Dependência*. In: Gilmar Antônio Bedin et al. – 2. ed. rev. Ijuí: ed. Ijuí, 2004. p. 136.

¹⁴⁵ KEONE, Robert O.; NYE, Joseph S. *Poder e Interdependência: La Política Mundial em Transición*. Tradução de Hebert Cardosos Franco. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1988, p. 22.

interdependência é essencialmente assimétrica à medida que os participantes não desfrutam do mesmo grau de desenvolvimento econômico e não controlam os mesmos recursos, sejam eles naturais, geográficos, financeiros ou militares.¹⁴⁶

Pela assimetria, Roberto Di Sena Júnior sustenta que

(...) as assimetrias, ou seja, as diferenças sensíveis entre os países nas áreas militar, econômica, industrial, comercial, etc., proporcionam um elemento de influência que, a despeito do uso da força, poder ser empregado com as mesmas finalidades (isto é, dissuadir um outro Estado a fazer algo que ele não faria na ausência desse elemento exterior) e a um custo infinitamente menor. Por isso é que Robert O. Keohane e Joseph S. Nye propõem que “um começo útil na análise política da interdependência internacional pode ser a consideração das interdependências assimétricas como fontes de poder entre os atores”.¹⁴⁷

Karl Deutch, citado por Gisele Ricobom¹⁴⁸, explica a interdependência é simétrica quando uma determinada mudança ocorrida num país A provoca alteração previsível no país B ou vice-versa. Caso contrário, havendo uma mudança que provoque situações de desigualdades ou desvantajosas a interdependência é assimétrica. Dessa forma, a interdependência desigual pode levar ao imperialismo ou a dependência.

Com isso, alguns autores acreditam que a interdependência não reduz a situação de conflito, haja vista que nem sempre os benefícios serão mútuos nas relações entre os Estados. Fazendo com que aumente o grau de complexidade do sistema, pois os Estados sempre pretendem se beneficiar de forma absoluta.

Para Liriam Kiyomi Tiujo, citando Robert O. Keohane e Joseph S. Nye, são principais características da interdependência complexa¹⁴⁹ da política internacional:

- a) canais múltiplos de contato que possibilitam o estabelecimento de conexões entre governos, elites não-governamentais e organizações transnacionais;

¹⁴⁶ DI SENA JÚNIOR, Roberto. *Poder e interdependência*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 188.

¹⁴⁷ DI SENA JÚNIOR, Roberto. *Poder e interdependência*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 189.

¹⁴⁸ RICOBOM, Gisele. *O percurso da teoria interdependência na política mundial*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 253.

¹⁴⁹ Tipo ideal de compreensão da realidade da política internacional em contraposição ao realismo criado pelos autores Robert O. Keohane e Joseph S. Nye.

- b) a ausência de hierarquia entre os assuntos que compõem a agenda internacional;
- c) a força militar e a segurança nacional não são temas predominantes.¹⁵⁰

Assim, comparada a outras teorias, percebe-se que a interdependência é mais completa e adequada para explicar as mudanças oriundas do processo de globalização. Todavia, não se pode negar que o interdependentismo contribui para a construção da globalização, pois prima pelo enfraquecimento do Estado e da relativização da soberania. Ainda que reconhecer o enfraquecimento do papel do Estado seja demasiadamente ideológico, principalmente por se tratar de uma nova ordem internacional em franco desenvolvimento.¹⁵¹

A partir da década de oitenta um novo cenário se apresenta na ordem internacional, impactado pelas profundas mudanças do capitalismo, divisão internacional do trabalho, economia e mercado mundialmente organizados, novas tecnologias, rede de comunicação instantânea e os fenômenos da globalização.¹⁵²

Diante de uma sociedade global as relações internacionais buscam uma nova teoria de política mundial capaz de apreender as chamadas relações transnacionais. Portanto, nesta concepção que desconhece fronteiras e nacionalidade surge, no final da década de 60, uma nova corrente de pensamento denominada transnacionalista.

Nesse sentido, Odete Maria de Oliveira sustenta que o principal aporte transnacionalista é reconhecer que o mundo global se configura por evidentes relações transnacionais, sem fazer excluir as relações estatais e de quaisquer outros atores. Além disso, existe uma redução do estatocentrismo a partir dos novos atores, sejam eles, intergovernamentais ou não-governamentais. Diminuindo a autonomia soberana do Estado.¹⁵³

¹⁵⁰ TIUJO, Kiyomi Liriam. *O percurso da teoria interdependência na política mundial*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 219.

¹⁵¹ RICOBOM, Gisele. *O percurso da teoria interdependência na política mundial*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 263/264.

¹⁵² OLIVEIRA, Odete Maria de. *Paradigma da Dependência*. In: Gilmar Antônio Bedin et al. – 2. ed. rev. Ijuí: ed. Ijuí, 2004. P. 177.

¹⁵³ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 83

Como expressão da sociedade global, pode ser identificada a partir da Segunda Guerra Mundial, a construção de uma sociedade em rede que desconhece nacionalidade e fronteira estatal e se encontra privilegiada pela nova forma de ser conceber relações, as chamadas relações instantâneas.

As relações instantâneas, produzidas eletronicamente, dinamizaram qualquer tipo de relação, sejam elas, econômicas, turísticas, culturais, sociais ou de comércio. A tecnologia de informatização foi responsável em interligar os indivíduos, os grupos de indivíduos, associações, organismos privados e públicos, empresas multinacionais, corporações transnacionais e unidades estatais.¹⁵⁴ Diante disso, a sociedade em rede¹⁵⁵ é o novo espaço do homem do Século XXI.

A aldeia global enfraqueceu o Estado-nacional pela sua forma de produzir relações transnacionais instantâneas e permitir que seus atores se articulem com grande mobilidade, não existindo mais obstáculos conhecidos, tais como, tempo, espaço, fronteiras e territórios. Além disso, essas novas relações não se conformar com antigas regras estatais de fronteiras de territórios ou soberania e nacionalidade.¹⁵⁶

A conceituação de relações transnacionais obrigou o desenvolvimento de diversos estudos em academias diferenciadas. Começando por Robert O. Keohane e Joseph S Nye, citados por Odete Maria de Oliveira, a definição traçada pelos autores traduziu relações transnacionais como os sentidos de interações ou coalizões, não mantidas por meio das fronteiras dos Estados, e não sendo controladas por órgãos oficiais, e responsáveis pelos governos. Sem esquecer que para esses autores a interdependência tem relação com a distribuição de poder interdependente em nível mundial. Com isso, os autores e outros estudiosos do tema se dividem em dois grandes grupos: a) definem a interdependência como relações de ganhos mútuos para as parte; b) como relações mutuamente difíceis,

¹⁵⁴ OLIVEIRA, Odete Maria de; *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 85.

¹⁵⁵ CASTELLS, Manuel. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁵⁶ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 86.

revelando a possibilidade de simetria ou assimetria na medida em que são produzidos os seus resultados.¹⁵⁷

Importante salientar que as relações transnacionais são compreendidas como elemento capaz de descentralizar o poder, conseqüência disso é a aceitação de outras formas de cooperação e de criação de uma nova ordem internacional mais pacífica e voltada para a busca de soluções aos problemas e conflitos internacionais. Por outro lado, existem os efeitos da atuação das empresas multinacionais nos países subdesenvolvidos, que de fato criam situação de dependência. Contudo, é a interdependência um dos principais elementos definidores da sociedade global. Isso porque, cada ator internacional pode influenciar significativamente nas relações.¹⁵⁸

Outro aspecto importante da nova forma de sociedade – sociedade global – é a política mundial transnacional, pois as relações não são mais firmadas apenas entre os atores estatais. Dessa forma, não se pode ignorar a importância dos atores não-estatais na aldeia global, forçando assim, o aparecimento de um novo paradigma, o paradigma da sociedade global.

3.3 O MAP como movimento social transfronteiriço inserido da sociedade global

3.3.1 O MAP como movimento social transfronteiriço

Conforme abordagens anteriores a Iniciativa MAP se consolidou a partir de investigações e necessidades de técnicos e pesquisadores em compartilhar informações conjuntas sobre o desenvolvimento da região trinacional dos Estados

¹⁵⁷ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 88/89.

¹⁵⁸ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 89/93.

da Bolívia, Acre e Perú. Isso porque, estes Estados estão no centro das atenções internacionais por vários motivos. Sendo um deles, o impacto da construção da Estrada Interoceânica, pois envolve o tema de desenvolvimento econômico da região e os impactos ambientais.

A evolução da Iniciativa MAP sempre ocorreu na vertente de ser reconhecida como um grupo de pessoas bolivianas, brasileiras e peruanas preocupadas e interessadas em gerar situações preventivas, de solução ou mitigação dos problemas existentes na região trinacional. Tudo, baseado em três documentos de âmbito mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92) e a Carta da Terra, além de respeitar os textos Constitucionais de cada país envolvido.

Nos dois primeiros encontros da Iniciativa MAP foram marcados por uma participação essencialmente acadêmica, capacitada apenas em apontar as problemáticas. Fato que influenciou a participação e inserção de novos atores no contexto do MAP. Entretanto, em nada mudou a sua essência, pois continua se revelando como uma ação que não pertence ao setor do poder público estatal e nem a qualquer expressão de organização não-governamental ou instituição pública ou privada.

Dessa forma, o MAP se transformou num sujeito ativo que expressa todas as contradições do debate entre conservação ambiental e desenvolvimento¹⁵⁹, na busca, através de seus encontros anuais e dos MiniMAP's, de colaboração trinacional para enfrentar os problemas regionais. Dessa forma, é esse desejo de cooperação e integração que alimenta o espírito da Iniciativa MAP como movimento social transfronteiriço. Para tanto, basta analisar o descrito na página oficial da Iniciativa do MAP alocada na rede mundial de computadores que assim proclama:

“ movimento social transfronteiriço que percebe que só por meio de colaboração e integração de vários segmentos de sociedades locais, regionais, nacionais e global será possível alcançar as aspirações para um desenvolvimento da

¹⁵⁹ CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. *Pensando La Amazônia desde Pando: El MAP, uma Iniciativa Trinacional de Desarrollo*. La Paz: Fundación PIEB, 2005, p. 54.

Amazônia Sul Ocidental, que poderá se sustentar para as próximas décadas e além do ano 2100”.¹⁶⁰

Cora van Oostean, afirma que o desejo de integração e participação no desenvolvimento da região, está relacionado com a construção de uma identidade nacional dessas áreas fronteiriças, sempre carentes e, muitas vezes abandonadas, por parte dos governos nacionais de cada país. Além disso, o processo de desenvolvimento econômico, social e cultural da Bolívia, Brasil e Peru se deu de maneira bastante diferenciada.¹⁶¹

Outro aspecto relevante quanto ao reconhecimento do MAP como movimento social diz respeito à definição traçada pela autora Maria da Glória Gohn ao estabelecer como sendo

(...) ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articulados segundo uma identidade de interesses comuns, amalgamada pela força do princípio da solidariedade. Esta solidariedade é construída a partir de uma base cultural referencial de valores compartilhados pelo grupo, em espaços não institucionalizados, tendo como suporte entidades e organizações da sociedade civil, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem certas problemáticas conflitivas na sociedade.¹⁶²

Baseado neste conceito traçado pela autora, necessário se faz a convergência do MAP com os elementos essenciais expressos na identificação das ações coletivas, quais sejam: ações sociopolíticas, identidade e solidariedade.

Num perfeito encontro, todas as três características são visualizadas no MAP, pois as ações sociopolíticas são construídas a partir de uma identidade comum, ou seja, o coletivo social, onde existe um espaço político aberto, democrático e participativo, ficando a solidariedade como elemento de intermediação das diferenças existente e que ao final são por todos compartilhados.

É fato que os diferentes processos – dependência, interdependência, sociedade global – forçam a modificação desse espaço para a transformação de

¹⁶⁰ BROWN, Irving Foster Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

¹⁶¹ OOSTEAN, Cora van ¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas Interfronteirizas en El Sudoeste de La Amazonía. Disponível em <<http://www.map-amazonia.net>>. Acesso em: 10 de jul.2007.

¹⁶² GOHN, Maria da Glória. *Os sem terra, ONGs e cidadania*. São Paulo: Cortez, 1997, p.74.

um cenário de cooperação com suas fronteiras territoriais flexibilizadas, haja vista que os indivíduos e grupos de indivíduos já se encontram conectados entre si pela tecnologia da informação.

Atualmente, forçado pelo processo da sociedade em rede, se verifica uma crescente evolução dos movimentos sociais na busca de remodelar os espaços físicos de sua atuação com apropriação desse novo espaço simbólico. Sendo que, as relações sociais têm um importante papel na transformação desses espaços. Por isso, os movimentos sociais se ocupam de novas estratégias, como por exemplo, a atuação em rede de informações.

A atuação em rede de movimentos altera o sentido dos interesses, pois não há mais que se falar em interesse privado de cada um, mas de uma articulação de sujeitos voltados para a política, cultura, economia, realidade social que permite a participação e atuação coletiva de caráter mais global e de formação de novas identidades formadas através de um cunho coletivo e de princípios mais éticos.¹⁶³

Portanto, o MAP, baseado nas afirmações de Ilse Scherer-Warre, se configura como um movimento social que se articulam a partir das facilidades trazidas pelas tecnologias de informação e comunicação, remodelando o espaço onde se faz pressão e ação política.¹⁶⁴

Não se pode negar que é fator preponderante para o MAP se consolidar como efetivo movimento social transfronteiriço os efeitos provocados pelos impactos da globalização, pois esta promoveu de imediato a sensação de ausência de regulamentação, seja no aspecto econômico, quanto social e cultural. Somado a isso, tem-se que o transnacionalismo enfraqueceu o poder soberano e absoluto do Estado, flexibilizando suas fronteiras territoriais e limitando as condutas estatocêntrica do Estado. Gerando assim, uma crescente de relações transnacionais que não sejam únicas e exclusivas dos entes estatais.

¹⁶³ SCHERER-WARREN, Ilse. *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2005, p. 80.

¹⁶⁴ SCHERER-WARREN, Ilse. *Das mobilizações às redes de movimentos sociais*: Sociedade e Estado. Brasília, 2006, p. 216.

3.3.2 O MAP como paradigma transfronteiriço

Conforme já salientado, a conformação de um novo paradigma é problemática que abre inúmeros debates teóricos, mas ao mesmo tempo após a Segunda Guerra Mundial a questão vem tomando corpo e exigindo uma tendência de construção de um novo paradigma mais preenchido de democracia e caráter humanísticos, além de se encontrar voltado ao desenvolvimento de educação, cultura e paz.¹⁶⁵

Dentre todos os paradigmas já conhecidos pela comunidade internacional que surgiram ao logo da evolução histórica mundial e suas relações com os diversos atores, foi o paradigma transnacional que facilitou a compreensão dos sintomas que levam atores de nacionalidades diversas se interligarem em busca de soluções pacíficas para os mais diferentes problemas que assolam a humanidade, desconsiderando qualquer obstáculo.

A luta travada entre os cientistas levaram a uma difícil compreensão e conceituação de paradigma. Entretanto, basicamente se aceita como sendo um paradigma a forma de organizar e sistematizar a realidade dos fenômenos de conhecimento, alicerçado em uma reunião de postulados fundamentais sobre o mundo fenomenológico, com a finalidade de direcionar a complexa tarefa do pesquisador, seja de interpretação ou representação do objeto de conhecimento investigado.¹⁶⁶

Baseado nisso, pergunta-se: a Iniciativa MAP pode ser compreendida como um paradigma transfronteiriço?

Primeiro deve se definir o que é o MAP.

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 33.

¹⁶⁶ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 36.

Como resultados dos primeiros encontros realizados pelos idealizadores do MAP, o mesmo foi denominado como Iniciativa MAP. Entretanto, após o quarto encontro, mais conhecido como MAP IV, ficou evidente que o espírito do MAP se refletia num movimento social transfronteiriço. Sentimento este que ficou registrado na Carta de Epitaciolândia.

Muitos estudiosos que se dedicam a analisar o MAP, ainda justificam uma dificuldade pontual em definir a iniciativa. Contudo, os seus integrantes são veementes em afirmar, a partir de suas percepções e ações, que o MAP não consiste em: a) movimento institucional; b) em movimento político; c) não tende a se converter em uma instituição e d) não substituem e nem deslocam organizações já existentes.¹⁶⁷

Dessa forma, fica evidente que o MAP é movimento social alicerçado no espírito de cooperação e integração que visa buscar a promoção do desenvolvimento sustentável da região com capacidade de oferecer condição de melhoria na vida das populações fronteiriças, sem deixar de lado o princípio de racionalização na utilização do ecossistema.

Nesta concepção, os primeiros documentos do movimento social, intitulados como Cartas, sempre trazem no seu primeiro parágrafo a seguinte redação:

O coração da Amazônia Sul - Ocidental formado pelo estado peruano de Madre de Dios, o estado brasileiro do Acre e pelo estado boliviano de Pando, aqui denominado Região MAP, encontra-se em um momento decisivo de sua história. Os planos de integração regional, os avanços na infra-estrutura e as exigências de uma vida melhor nas sociedades da região geram crescentes demandas sobre os recursos naturais e seus ecossistemas. O resultado é que esse território converteu-se em um cenário regional de mudanças globais, onde a pobreza, a fome, as doenças, o analfabetismo e a contínua degradação dos ecossistemas são causas de grande preocupação na região. Uma alternativa para amenizar esta difícil situação é a integração de iniciativas inovadoras relativas ao meio ambiente e ao desenvolvimento. Com esta integração espera-se elevar o nível de vida das sociedades regionais, conseguir uma melhor gestão dos ecossistemas para um futuro mais seguro e próspero. Esta integração exigirá a solidariedade e a colaboração efetiva dentro e entre as nações.¹⁶⁸

¹⁶⁷ BROWN, Irving Foster Disponível em <<http://map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

¹⁶⁸ Texto extraído da Carta de Cobija – MAP III . Texto integral da Carta encontra-se nos anexos deste trabalho.

A iniciativa MAP é permeada por informalidade e democracia, com ações que ocorrem a partir da espontaneidade de cada integrante, mas já houve propostas de institucionalização da Iniciativa para transformá-la em organização responsável pela coordenação de alianças nessa região trinacional.

Para Guillermo Rioja, estudioso do MAP, o que se constrói na região do MAP – Amazônia Sul Ocidental – é um processo dinâmico e dialético, que permite aos diversos atores assimilar os objetivos do conceito de desenvolvimento sustentável por meio de uma nova e própria pedagogia. Contudo, ainda sem paradigma construído.¹⁶⁹

Todavia, se o citado autor, acredita que o MAP não se apresenta como um paradigma pronto e acabado, ele também não pode se refutar em reconhecer que o intercâmbio de informação na participação dos diversos atores no MAP, formulado por intermédio de encontros anuais e atuação dos MiniMAP's, são vetores que possibilitam o conhecimento da realidade socioeconômica e cultural da região. Além disso, permite a definição de seu objeto de luta enquanto ação coletiva e o estabelecimento de propostas alternativas pela formação de redes de solidariedade baseadas no encontro cultural trinacional.¹⁷⁰

Diante dessas premissas, pode ser observado que o MAP tem se ocupado em apreender a realidade contemporânea da região onde se encontra alocado, num projeto de construção de uma sociedade global totalmente conectada e ainda, firmada nos princípios da cooperação e integração regional.

O aporte teórico *mapiense* parte da consideração de que a realidade transfronteiriça – Bolívia, Brasil e Peru – é marcada por evidentes relações bi ou trinacionais entre os mais diversos atores, incluindo o Estado. Além de que, existe

¹⁶⁹ RIOJA, Guillermo Ballivián. *Antropología de Frontera: Investigación Acción em la Región Trinacional MAP*. AIBR. Revista de antropología Iberoamericana, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <<http://www.aibr.org>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

¹⁷⁰ RIOJA, Guillermo Ballivián. *Antropología de Frontera: Investigación Acción em la Región Trinacional MAP*. AIBR. Revista de antropología Iberoamericana, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <<http://www.aibr.org>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

por vezes simetria ou assimetria¹⁷¹ advinda dessas relações. Dessa forma, pode ser observado que a idéia de cooperação e integração em países de fronteira não é algo novo, mas o que difere o MAP de qualquer outra proposta é a sua forma de organização e, principalmente, por se constituir num movimento social, voltado para uma atuação em rede de informação, impulsionado pela nova tecnologia.

Como paradigma em construção, o MAP, tal qual qualquer outro paradigma, concentra ênfase em determinado viés importante das relações internacionais, como por exemplo, a *cooperação*, a *integração*, a *participação* e a *informação*.

Outra observação importante, referindo-se ao MAP como paradigma transfronteiriço em construção, versa sobre suas linhas de indagação, como conservação ambiental e desenvolvimento. Assim, oferece respostas e tenta soluções para garantir vida digna que ultrapasse o ano de 2100.

Na década de 20 o idealismo foi o paradigma das relações sociais dominante e os seus defensores tentavam superar o estado de natureza *hobbesiano*. Entretanto, com o fracasso da Liga das Nações, 1929, sobreveio o realismo que buscava responder a relação entre Estado-nação e poder. Conferindo como paz o período de ausência de guerras e tendo o Estado como seu ator supervalorizado.

Ocorre que a mudança que se operou no sistema internacional a partir do fim da Guerra Fria e ascensão de novas economias mundiais engendraram o aparecimento de novos paradigmas, pois o realismo perdeu sua força e já não comportava as explicações para as mudanças que se apresentavam.

Dessa forma, novos paradigmas surgem na tentativa de explicar os fenômenos das relações internacionais, tais como, o da *dependência* – evidencia a desigualdade de desenvolvimento entre os países do centro e da periferia, e também o da *interdependência* – baseado na dependência mútua.

¹⁷¹ Assimétrica por força das inúmeras diferenças e desigualdades encontradas no meio social, econômico, cultural e político.

Contudo, os efeitos da globalização forçam o aparecimento da *sociedade global* de múltiplas relações vinculadas e o *transnacionalismo*, marcado pelas inúmeras relações firmadas por diversos atores internacionais que desconhecem obstáculos de tempo e espaço, como efeito do avanço da informatização e comunicação instantânea.¹⁷²

Neste retrospecto, vê-se que um paradigma não consegue contemplar toda a realidade internacional por compreender dimensões específicas. Momento em que distintos paradigmas, dentro das possibilidades, funcionam como complementares.¹⁷³

Com isso, observa-se que o movimento social transfronteiriço, denominado MAP, funciona como um paradigma completar da *interdependência*, no que tange a dependência recíproca; da *sociedade global*, no tocante as múltiplas relações vinculadas e, principalmente, do *transnacionalismo*, quando se refere a uma sociedade em rede, onde os atores passam a operar com grande mobilidade transnacional.

3.3.3 Perspectivas e dificuldades do MAP como paradigma transfronteiriço

Conforme, salientado por diversos integrantes do MAP e consolidado e em seus instrumentos de orientações, o movimento social tem caráter heterogêneo e informal, baseado na democracia participativa e voltado a garantir a dignidade da pessoa humana, além de desenvolvimento com preservação do meio ambiente.

Os acontecimentos que estão tendo lugar na região MAP são reflexos de vários processos que se desenvolve em toda América do Sul e que são

¹⁷² OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 81.

¹⁷³ OLIVEIRA, Odete Maria de. *Relações internacionais e o dilema de seus paradigmas*. In: Odete Maria de Oliveira et al. *Relações Internacionais: interdependência e sociedade global*. Ijuí: Ed. Ijuí, 2003, p. 79.

responsáveis pelos fatores de inserção internacional desses países na globalização atual e as reações dos indivíduos frente aos seus principais efeitos, quais sejam, desenvolvimento e preservação ambiental.¹⁷⁴

As idéias convencionais de fronteiras, como espaços físicos limitados e articulados conforme o poder absoluto do Estado – *soberania* - encontra-se num momento de flexibilização e redefinição. Isso porque, inúmeros processos econômicos, sociais, culturais e ambientais desconhecem a situação limitada da fronteira e ampliam estas zonas. Exatamente é o que acontece na região denominada MAP.

Nesta região, além das comunicações instantâneas, promovidas pelos avanços da tecnologia da informação, outro fator tem contribuído para o aumento das conexões¹⁷⁵ entre os três países e conferido aproximação e preocupação, a construção de rodovias e pontes interligando os países.

As dificuldades de transportes sempre foram apontadas como uma das principais razões para o atraso do desenvolvimento na Amazônia. Por isso, um dos desafios colocado aos três países – Bolívia, Brasil e Peru – é fazer uso dessas estradas e promover desenvolvimento equitativo e duradouro, sem que haja destruição dos recursos naturais.

Assim, o movimento social MAP luta pela construção de uma identidade, construída a partir de sua própria história e símbolos, que possa unificar todos os seus integrantes e criar o sentimento de solidariedade, este visto como elemento essencial de qualquer ação coletiva. Dessa forma, as pessoas se reconheceram entre si como parte de uma mesma unidade social que busca a transformação da realidade transfronteiriça, as quais pertencem.

¹⁷⁴ GUDYNAS, Eduardo. *El MAP entre la integración regional y las zonas de frontera en la nueva globalización*. Disponível em <<http://www.map-amazonia.net>>. Acesso em 13 de dez. 2007.

¹⁷⁵ Eduardo Gudynas aponta a preocupação no fato de que não se pode confundir o processo de interconexão com integração regional, pois este se apresenta muito mais amplo e complexo

Ocorre que o MAP como paradigma complementar necessita ultrapassar alguns obstáculos¹⁷⁶ diante de sua proposta, dentre eles podem ser citados:

- 1) *Falta de conhecimento sobre os países vizinhos*: as pessoas pertencentes a qualquer dos países sequer conseguem estimar a quantidade de indivíduos que vivem na região.
- 2) *Armadilhas sociais na fronteira*: a Amazônia apresenta uma história de rápida exploração dos recursos naturais. Dessa forma, a melhoria nos transportes pode representar uma maior facilidade de acesso aos recursos naturais e criar uma decisão individual de exploração.
- 3) *Investimentos para a competitividade econômica avançam mais rápidos que os investimentos sociais e que o planejamento governamental*: O processo de globalização tem criado pressões cada vez mais fortes no sentido de aumentar a produtividade e diminuir custos. Estradas ligando o centro-oeste do Brasil, forte produtor de grãos, com portos no Oceano Pacífico é uma estratégia para facilitar o acesso aos mercados asiáticos. Contudo, os prejuízos sociais e ambientais nas regiões por onde passam estas estradas não foram ainda previstos.
- 4) *Mudanças Climáticas previstas*: modelos de circulação atmosférica têm mostrado que a Amazônia poderá sofrer mudanças significativas nas próximas décadas em termos de temperatura. Com isso, a produtividade das terras agrícolas, pastagem, florestas e a disponibilidade de água potável sofrerão impactos, ainda que gradativos.
- 5) *Mudança acelerada nos padrões de comportamento social*: cidades de difícil acesso nesta região, geralmente conservam hábitos pacatos e estão acostumadas aos baixíssimos índices de violência, não existem mendigos, menores abandonados e todas as pessoas se conhecem. A construção das estradas exige um planejamento mais efetivo, não

¹⁷⁶ Os obstáculos apresentados foram extraídos do estudo Estradas de Rio Branco, Acre, Brasil aos Portos do Pacífico: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul Ocidental. Disponível em <<http://www.map-amazonia.net>>. Acesso em: 13 de dez. 2007.

podendo ser compreendido como progresso apenas a construção de nossos acessos – estradas.

Não se pode negar que esses investimentos econômicos têm gerado inúmeros conflitos ambientais e sociais locais. Entretanto o MAP, como movimento social, tem sido um espaço aberto para as discussões e apontamentos de soluções ou alternativas que venham minimizar os impactos *negativos* do desenvolvimento na região. Portanto, não é apenas um movimento contrário o desenvolvimento e sim, uma aposta num espaço de construção de políticas públicas. Peculiaridade notável que o torna diferente de qualquer outro movimento social.

A perspectiva do MAP, enquanto paradigma transfronteiriço, é propiciar, afastada ação estatocêntrica do Estado, um espaço de perfeita interação da sociedade civil, grupos governamentais e não-governamentais, instituições públicas e privadas e o próprio Estado. Reconhecendo que a comunidade internacional, totalmente interligada, interage com os mais diversos atores. Promovendo uma gestão participativa do território que compartilham.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Depreendem-se do estudo realizado que a História revela que os movimentos sociais foram preponderantes para a evolução da sociedade contemporânea, pois inúmeras conquistas de transformações se devem a lutas travadas por esforços coletivos não institucionalizados em busca de uma vida melhor. Entretanto, se os movimentos sociais foram responsáveis por mudanças e conquistas significativas na sociedade, há também de se reconhecer que os próprios movimentos foram evoluindo e modificando-se à medida que as necessidades sociais se transformavam, tornando-se cada vez mais complexas. Assim, rompida a fase que os movimentos sociais representam apenas a lutas operárias, surgem novas feições de movimentos preocupados em excluir ou minimizar as diferenças entre os indivíduos proporcionando vida digna, em todos os sentidos. São os chamados novos movimentos sociais que compreendem a luta das mulheres, os ecológicos, contra a fome, em favor da paz, dentre muitos outros.

Na atualidade, sobretudo a partir da década de 90 surge uma nova forma de organização social. Nesta direção, observa-se que os movimentos sociais não mais se restringem á luta de um sujeito privilegiado, mas passam a existir como atores sociais conectados no processo de transformação social de um determinado contexto de interesses e oportunidades.

A formação de redes sociais, interpretada como uma nova prática de cooperação entre organizações sociais tem por finalidade a concretização de meios para uma atuação eficiente, para atingirem seus objetivos, buscando o fortalecimento e a prevalência de seus ideais, para que dessa forma possam intervir na atual realidade social complexa. É Nesse sentido, que a rede se torna um espaço de construção coletiva, que se define a medida que é realizada. Entrelaçando os movimentos sociais com outros territórios políticos e culturais.

Nesta concepção, a Amazônia Sul Ocidental é palco de uma estratégia organizacional que é articulada por um grupo de indivíduos preocupados no desenvolvimento da região. A iniciativa trinacional *Madre de Dios, Acre e Pando*, comumente conhecida como *Iniciativa MAP* é tendência transfronteiriça de

associativismo civil que surge num berço acadêmico e, depois, toma as suas formas, atraindo outros participantes, tais como, camponeses, indígenas, entidades governamentais e não governamentais, instituições públicas e privadas. Tudo num esforço trinacional de criação de um espaço participativo, fomentado pela solidariedade, para propiciar a defesa do meio ambiente, mas garantindo o desenvolvimento da região.

A análise que se faz do MAP trás a conclusão de que os seus quase oito anos de existências já provocaram mudanças significativas na região trinacional – Bolívia, Acre e Peru. Portanto, o que torna a Iniciativa MAP uma experiência de representação na Amazônia Sul Ocidental é, justamente, a soma de especificidade de cada indivíduo, grupo ou instituição envolvida no processo de garantia do desenvolvimento da região trifronteiriça.

A Iniciativa MAP buscou em documentos internacionais, os quais Brasil, Peru e Bolívia são signatários, os seus dois princípios básicos: *participação e informação*. Um desses documentos é a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e *Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92)*. Além da *Carta da Terra* e as próprias *Constituições* dos Estados. Dessa forma, o Comitê Científico da Iniciativa MAP publicou em 2005 os *Princípios éticos para geração, disseminação e aplicação de conhecimentos na Amazônia Sul Ocidental* em que se propõem cinco metas prioritárias para a aplicação do conhecimento na Região MAP. Portanto, os *Princípios Éticos* apontam dois direitos básicos relativos à disseminação de conhecimentos. Trata-se do direito de ter acesso a informações relevantes para o desenvolvimento sustentável e o direito de participar de decisões coletivas.

Para corresponder a esses princípios a Iniciativa MAP tem sido um espaço aberto de discussão, encaminhamentos e soluções de interesse de toda a comunidade, com voz da população, em especial de representantes dos índios, dos castanheiros, dos trabalhadores rurais, dos ribeirinhos, dos seringueiros, dos comerciantes, dos trabalhadores urbanos, entre outros atores sociais. Utilizando da sua página na internet para disponibilizar conhecimento e informações relacionados aos encontros, pesquisas e notícias de interesse da Região.

A temática central do trabalho surge com a análise do Movimento Social MAP como ação coletiva transfronteiriça e paradigma transformador da região Amazônica à luz dos paradigmas das relações internacionais, pois clássica visão da sociedade internacional tem sido gradualmente alterada pelas constantes transformações que o mundo passa. Constatou-se a partir daí, uma grande dificuldade em se definir paradigma, pois diversos sentidos são empregados para a palavra.

Superada a fase conceitual, o trabalho se posicionou a estudar os diferentes paradigmas das Relações Internacionais, como por exemplo, o idealismo, realismo, dependência, interdependência, sociedade global e transnacionalismo. Com isso, pode ser concluído, segundo o referencial teórico assumido de Odete Maria de Oliveira, que cada paradigma, movido por suas dimensões específicas não conseguem contemplar a realidade.

Dessa forma, o movimento social MAP que no início dessa investigação se apresenta como mera iniciativa cresce em participação, propostas e soluções a cada Fórum anual realizado. Entretanto, o que se tem construído até o presente momento na região do MAP – Amazônia Sul Ocidental – é um processo dinâmico e dialético, que permite aos diversos atores assimilar os objetivos do conceito de desenvolvimento sustentável por meio de uma nova e própria pedagogia. Contudo, sem paradigma construído.

Como paradigma em construção, o MAP, concentra ênfase em determinado viés importante das relações internacionais, como por exemplo, a *cooperação*, a *integração*, a *participação* e a *informação*. Outra observação importante, referindo-se ao MAP como paradigma transfronteiriço em construção, versa sobre suas linhas de indagação, como conservação ambiental e desenvolvimento. Assim, oferece respostas e tenta soluções para garantir vida digna que ultrapasse o ano de 2100.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.13, n.37, jun. 1998. <http://www.scielo.br>. Acesso em: 10 de dez. 2007.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Os primeiros anos do Século XXI: o Brasil e as Relações Internacionais contemporâneas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ANDRADE, Maria Margarida. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação**. São Paulo: Atlas, 2004.

AZEVEDO, Plauto Faraco de. **Ecocivilização** – ambiente e direito no limiar da vida. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

BASTOS, Maxwel Monteiro. **Espaços de formação do profissional de educação: saberes e movimento em rede**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BECK, Ulrich. **O que é globalização?** equívocos do globalismo respostas a globalização. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

BECKER, Bertha. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2.ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. **Geopolítica da Amazônia**. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n53/24081.pdf>. Acesso em: 24 set. 2007.

BEDIN, Gilmar Antonio. **A sociedade internacional e o século XXI: em busca da construção de uma ordem mundial justa e solidária**. Ijuí: Editora Unijuí, 2001.

BERNARDES, Júlia Adão; FERREIRA, Francisco Pontes de Miranda. Sociedade e natureza. In: CUNHA, Sandra Baptista da; GUERRA, Antônio José Teixeira de. **A questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

BOCAYUVA, Cláudio Pedro Cunha. O retorno dos sujeitos coletivos. In: **Aprendendo com os movimentos sociais**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria constitucional da democracia participativa**. São Paulo: Malheiros, 2003.

BROWN, Irving Foster et al. **Estrada de Rio Branco, Acre, Brasil aos Portos do Pacífico**: como maximizar os benefícios e minimizar os prejuízos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia Sul-Occidental. Conferência apresentada no Encuentro Internacional de Intergración Regional - Bolívia, Brasil y Peru. Arequipa, Peru, 2 a 4 de setembro de 2001. Lima: Editora CEPEI, 2002, p.283 (Centro Peruano de Estudios Internacionales).

BRUNACCI JR., Attilio; PHILIPPI, Arlindo. Dimensão humana do desenvolvimento sustentável. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAUBET, Christian Guy. **A água doce nas relações internacionais**. Barueri: Manole, 2006

_____ (Coord.). **A força e o direito nas relações internacionais: as repolarizações do mundo**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

CHÁVEZ, Abidon Ramiro Céspedes et al. **Pensando la Amazônia desde Pando: El MAP, una Iniciativa Trinacional de Desarrollo**. La Paz: Fundación PIEB, 2005.

DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994a. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/In/n59/a04n59.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2007.

_____ (Org.). **Anos 90: política e sociedade no Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1994b. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/In/n59/a04n59.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2007.

DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais-regionais- globais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

DERANI, Cristiane. **Direito ambiental econômico**. 2.ed. São Paulo: Max Limonad, 2001.

DEUSTUA, Alejandro. Aproximaciones a la Integración entre Perú, Bolívia y Brasil In: TIZÓN, Allan Wagner. DUARTE, Rosario Santa Gadea (Orgs.). **La Integración Regional entre Bolívia, Brasil y Peru**. Lima: Centro Peruano de Estudios Internacionales – CEPEI, n. 25, 2002.

DOUROJEANNI, Marc. **Estudio de Caso sobre la Carretera Interoceánica en la Amazonía sur del Peru**. Disponível em <<http://habitat.aq.vpm.es/boletim/n19/amdou.html>>. Acesso em 11 out. 2007.

DRUCKER, Peter F. **As novas realidades: no governo, na política, na economia, nas empresas, na sociedade e na visão do mundo**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

DUPAS, Gilberto. **Atores e poderes na nova ordem global: assimetrias, instabilidades e imperativos de legitimação**. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.6

FALK, Richard. **La Globalización Depredadora: Una Crítica**. Madrid: Siglo XXI, 2002.

FAVERO, Celso Antonio. **Movimentos sociais e a questão do desenvolvimento**. Disponível em <<http://cac-php.unioeste.br/revistas/gepec/download.php?id=13>>. Acesso em: 16 set. 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos sócio territoriais e movimentos sócio-espaciais. In: Contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. Disponível em http://osal.clacso.org/dev/article.php?id=interrogaçãoid_article=117. Acesso em: 20 ago. de 2007.

FERREIRA, Cloves Augusto Alves Cabral. **Globalização e Poder Judiciário: os valores considerados na reforma do Poder Judiciário no Brasil**. Florianópolis; UFSC, Dissertação de Mestrado, 2005. 158f.

PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. Diez Tesis Acerca de los Movimientos Sociales. In: **El Juicio al Sujeto**. México: FLACSO, 1990.

GODINHO, Lena de Lacerda. **Cooperação Interorganizacional e Redes Sociais: um estudo de quatro redes centradas em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, PUC, 2007. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

GHON, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2000.

_____. **Os sem terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais**. A construção da cidadania dos brasileiros. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

_____ (Org). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina**. Disponível em <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/seoane/porto.rtf>. Acesso em: 20 jul. 2007.

GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan.;jun. 2004, p.75-91. Disponível em <www.emtese.ufsc.br;2_res6.pdf>. Acesso em 26 jun. 2007.

GRIPPI, Sidney. **Atuação responsável & desenvolvimento sustentável: os grandes desafios do século XXI**. Rio de Janeiro: Interciência, 2005.

GUIMARÃES, Mauro. Sustentabilidade e educação ambiental. In: PHILIPPI JR., Arlindo; PELICIONI, Maria Cecília Focesi (Edits.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. Barueri: Manole, 2005.

HAYEK, Friedrich August von. **O caminho da servidão**. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.

<http://books.google.com.br/books?id=ea0PguarOYC&pg=PA130&dq=movimentos+sociais+aspectos+historicos&sig=KK0KXyN8a6nqe0Se45z1qeuxKBk#PPA47,M1>. Acesso em: 20 out. 2007.

<http://www.espacoacademico.com.br/010/10almeida.htm>. Acesso em: 22 ago. 2007.

http://www.ahkbrasil.com/meio_ambiente.asp?link=70. Acesso em: 10 nov. 2007.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21. Acesso em: 10 nov. 2007.

<http://www.ana.gov.br/AcoesAdministrativas/RelatorioGestao/Rio10/Riomaisdez/index.php.39.html>. Acesso em: 16 set. 2007.

<http://www.ac.gov.br>. Acesso em: 20 out. 2007.

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4771.htm. Acesso em: 10 fev. 2008.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://lba.cptec.inpe.br/lba/lbadis/cd/lba.htm>. Acesso em: 24 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://mapamazonia.net/forum/forumdisplay.php?f=11>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net/index.php?lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 28 out. 2007.

<http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 31 out. 2007.

IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **Teorias da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2006.

KHOR, Martin. **Confrontação de paradigmas**. Disponível em <http://www.brasilpnuma.org.br/pordentro/artigos_029.htm>. Acesso em 16 set. 2007.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**; Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**. 14.ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

MARTIN, Hans Peter; SCHUMANN, Harald. **A armadilha da globalização: o assalto à democracia, e ao bem-estar social**. Tradução de Waldtraut U. E. Rose e Clara C.W. Sackiewicz. São Paulo: Globo, 1998.

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. Juventude, tempo e movimentos sociais. **Revista Young**, Estocolmo, v.4, n. 2, 1996.

_____. In: GOSS, Karine Pereira; KELLY, Prudêncio. O conceito de movimentos sociais revisitado. **Revista eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1(2), jan.;jun. 2004, p.75-91. Disponível em <www.emtese.ufsc.br/2_res6.pdf>. Acesso em 26 jun. 2007.

MENDONZA, Elsa. **Processo de Integração na região MAP**. Disponível em http://www.map-amazonia.net/mapVI-antecedentes_pt.php?lang=en&page=search. Acesso em: 11 out. 2007.

MIGUELETTO, Danielle. **Gestão de organizações em rede: desafio para a administração contemporânea**. Rio de Janeiro, FGV, mimeo. 2002.

MILARÉ, Edis. **Direito do ambiente: doutrina, jurisprudência, glossário**. 4.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

MORAES, Reginaldo Carmello Corrêa de. **Globalização e políticas públicas: vida, paixão e morte do Estado nacional!** Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21459.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2007.

NASCIMENTO, Janaína Xavier do. Enfoques estratégicos e identitários dos movimentos sociais: uma síntese possível? In: **Crise social & multiculturalismo – estudos de sociologia para o século XXI**. São Paulo: Hucitec, 2003.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Teorias globais e suas revoluções: elementos e estruturas**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005a, v.I.

_____. **Teorias globais e suas revoluções: impérios de poder e modos de produção**. Ijuí: Editora Unijuí, 2005b, v.II.

_____. **Teorias globais e suas revoluções: fragmentações do mundo**. Ijuí: Editora Unijui, 2005c, v.III.

_____. A era da globalização e a emergente cidadania mundial. In: DAL RI JÚNIOR, Arno; OLIVEIRA, Odete Maria de. **Cidadania e nacionalidade: efeitos e perspectivas nacionais-regionais- globais**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003a.

_____; DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003b.

OLSSON, Giovanni. **Relações internacionais e seus atores na era da globalização**. Curitiba: Juruá, 2003.

OOSTEN, Cora van **¿Fronteras que se Decoloran? Desarrollo Local y Alianzas InterFronterizas en el Sudoeste de la Amazonía**. GSDR 12004, Faculteit Geowetenschappen, Departement Sociale Geografie en Planologie, Sectie Regionale Geografie en Internationale Ontwikkelingsstudie, Holanda. Disponível em <http://www.map-amazonia.net>. Acesso em: 20 ago. 2007.

PIRES, Mauro de Oliveira. A perspectiva do desenvolvimento sustentável. In: LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil: análises, instrumentos e experiências**. São Paulo: Peirópolis/Brasília: IIEB, 2003.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

REIS, Maria José. **O movimento dos atingidos por barragens: atores, estratégias e conquistas**. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~npms/arquivos/ProgramacaoIIsemNPMS-Final.doc>>. Acesso em 12 ago. 2007.

RIOJA, Guillermo Ballivián. Antropología de Frontera: Investigación Acción en la Región Trinacional MAP. AIBR. **Revista de Antropología Iberoamericana**, 43. Madrid. Sept./Oct. 2005. Disponível em <http://www.aibr.org>. Acesso em 26 set. 2007.

SADER, Emir. **A refundação do Estado e da política. A crise do Estado-nação**. In: NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS JUNIOR, Raimundo Batista dos. As brumas da soberania ou injunções da globalização. In: OLIVEIRA, Odete Maria de; DAL RI JÚNIOR, Arno. **Relações internacionais: interdependência e sociedade global**. Ijuí: Editora Unijuí, 2003.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SASSEN, Saskia. El Estado y la Nueva Geografía del Poder. In: VIGENAVI, Tullo; WANDERLEY, Luiz E. et al. (Orgs.). **A dimensão subnacional e as relações internacionais**. São Paulo: EDUC/Fundação Editora UNESP, 2004.

SHETH, D.L. Micro movimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). **Democratizar a**

democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SCHERER- WARREN, Ilse. O caráter dos novos movimentos sociais. In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Rede de movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **Das Mobilizações às Redes de Movimentos Sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, 2006.

_____; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização:** um diálogo Brasil/Portugal. São Paulo: Cortez, 2002a.

_____. A atualidade dos movimentos sociais rurais na nova ordem mundial. In: SCHERER-WARREN; Ilse; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs.). **Transformações sociais e dilemas da globalização:** um diálogo Brasil/Portugal. São Paulo: Cortez, 2002b.

_____. Redes sociais na sociedade de informação. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. P. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.

_____; ROSSIAUD, Jean. O movimento cidadão e democracia: as conexões local-global. In: SANTOS, José V.; BARRERA, C.; BAUMGARTEN, M. (Orgs.). **Crise social e multiculturalismo**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SCHLEE, Paula Christine. Política e globalização: o relacionamento Estado-empresas transnacionais. In: CAUBET, Christian Guy (Coord.). **A força e o direito nas relações internacionais:** as repolarizações do mundo. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

SILVA, Marcus Vinicius Lopes da. O princípio do desenvolvimento sustentável. In: **Revista de Direitos Difusos**, v. 6, ano 1, 2005.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. O novos movimentos sociais. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais – diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, s/d.

_____. (Org.). **Democratizar a democracia:** os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

TOURAINÉ, Alain. **Um novo paradigma:** para compreender o mundo de hoje. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes**. Petrópolis: Vozes, 1999.

TUNDISI, José Galizia. **Água no século XXI:** enfrentando a escassez. São Paulo: RiMa, IIE, 2003.

VARELLA, Marcelo Dias. **Direito econômico internacional ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

_____. **Os argonautas da cidadania: a sociedade civil na globalização**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETUBAL, Mariana (Orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais** – diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.